

# **Caderno de Questões**

**TJ - CE**

**Pensar  
Concursos**

**200  
Questões  
FGV**



**@pensarconcursos**

---

# *Índice*

---

<b>LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>3</b>
<b>NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>14</b>
<b>NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>41</b>

## LÍNGUA PORTUGUESA

**01.** “Saiba identificar notícias que possam ser falsas”. Sobre as formas verbais desse segmento é correto afirmar que:

- a) a forma do imperativo “saiba” indica ordem;
- b) a forma “saiba identificar” indica a existência de duas orações;
- c) a forma “possam ser” indica a existência de duas orações;
- d) as formas “identificar” e “ser” mostram modos diferentes;
- e) a forma do subjuntivo “possam” indica um fato possível.

**02.** “Fazer tecnologia sustentável, criando relações positivas com o meio ambiente”. A oração sublinhada pode ser adequadamente substituída por:

- a) embora criando relações positivas com o meio ambiente;
- b) apesar de criar relações positivas com o meio ambiente;
- c) por meio da criação de relações positivas com o meio ambiente;
- d) conforme se criem relações positivas com o meio ambiente;
- e) logo que se criem relações positivas com o meio ambiente.

**03.** A propaganda de uma escola no Rio de Janeiro diz o seguinte:

“A vida hoje, em **mudança constante**, traz todo dia um mundo de **possibilidades novas**, mas antes de escolher é preciso saber fazer. Fazer amigos, respeitando as diferenças. Fazer questionamentos, desenvolvendo **consciência coletiva**. Fazer **diálogo sincero**, valorizando as habilidades individuais. Fazer tecnologia sustentável, criando **relações positivas** com o meio ambiente. Nossa formação está comprometida com os movimentos do mundo. Saber fazer com qualidade... A gente faz”.

No texto da questão anterior, o adjetivo que NÃO pode ser colocado antes do substantivo é:

- a) mudança constante;
- b) possibilidades novas;
- c) consciência coletiva;
- d) diálogo sincero;
- e) relações positivas.

**04.** “96% das empresas que participaram da campanha taxa zero por 100 dias ficaram com a nossa empresa”.

Trecho publicitário de uma empresa de segurança que mostra, no segmento sublinhado, um caso correto de concordância.

A frase abaixo que mostra um erro em tipo semelhante de frase é:

- a) 3% da população emigrou para a Europa;
- b) 1% do grupo saíram em viagem;
- c) 1,5% da turma viajou no final de semana;

[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

- d) 5% dos alunos lamentaram a falta do professor;
- e) 22% dos eleitores acreditam nas pesquisas.

**05.** Na intenção de identificar notícias falsas, foram dadas várias “dicas” de como reconhecê-las. A primeira delas dizia:

“Notícias falsas frequentemente apresentam manchetes apelativas em letras maiúsculas e com pontos de exclamação. Se as afirmações chocantes na manchete parecerem inacreditáveis, desconfie”.

O significado adequado do adjetivo “apelativas” no texto acima é:

- a) que denota uma classe de seres;
- b) que é usada na comunicação direta com o falante;
- c) que atrai a atenção por meio de recursos excessivos;
- d) que apela para imagens antiéticas, mas verdadeiras;
- e) que emprega palavras estranhas em frases desconexas.

**06.** Um fenômeno bastante conhecido nos estudos criminológicos é o fato de que muitas coisas envolvem poucas pessoas e lugares. Estudos usando técnicas de análise para a detecção de “áreas quentes” de criminalidade mostram que crimes são fenômenos bastante concentrados no tempo e no espaço.

Alguns exemplos:

- 1) as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro concentram 40% dos homicídios no Brasil, embora tenham 18% da população;
- 2) cerca de 20% desse tipo de crime acontecem em menos de 2% da área geográfica de um centro urbano;
- 3) a maioria dos assaltos ocorre em poucos locais. (Ciência Hoje, maio de 2004)

Indique a frase abaixo em que uma outra concordância verbal é possível:

- a) “...muitas coisas envolvem poucas pessoas”;
- b) “...cerca de 20% desses tipos de crime acontecem...”;
- c) “...a maioria dos assaltos ocorre em poucos locais”;
- d) “...crimes são fenômenos bastante concentrados”;
- e) “...as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro concentram 40% dos homicídios”.

**07.** Leia o segmento a seguir.

“Não se trata de uma referência **às fontes murmurantes** cantadas por Ary Barroso **em sua 'Aquarela do Brasil'**. As fontes em questão são outras, estão atualmente em debate **nos meios jornalísticos e legais**: o direito de proteger o sigilo **das 'fontes'**. Contrariando a maioria, diria até a unanimidade **dos colegas de ofício**, sou contra este tipo de sigilo e, sobretudo, contra as fontes em causa.”

No segmento, o termo que funciona como complemento de um termo anterior é:

- a) às fontes murmurantes.
- b) em sua 'Aquarela do Brasil'.
- c) nos meios jornalísticos e legais.
- d) das fontes.
- e) dos colegas de ofício.

**08.** “Evidente que fui mais furado do que um ralador de coco. Mas não fiz minha carreira no jornalismo na base de furos, que nunca os dei e nunca os levei a sério, uma vez que a maioria dos furos são, por natureza, furados.”

O segmento do texto destacado acima mostra uma série de conectores argumentativos. Assinale a opção que indica o conector cujo valor semântico é inadequado ao contexto.

- a) do que / comparação.
- b) mas / oposição.
- c) que / causa.
- d) e / adição.
- e) uma vez que / tempo.

**09.** Assinale a opção que apresenta o segmento do texto em que a conjunção e mostra valor adversativo (e não aditivo).

- a) “As fontes em questão são outras, estão atualmente em debate nos meios jornalísticos e legais.”
- b) “Contrariando a maioria, diria até a unanimidade dos colegas de ofício, sou contra este tipo de sigilo e, sobretudo, contra as fontes em causa.”
- c) “Tenho alguns anos de estrada, mais do que pretendia e merecia...”
- d) “O sigilo das fontes beneficia as fontes, e não o jornalista.”
- e) “... geralmente é manipulado na medida em que aceita e divulga as informações obtidas com a garantia do próprio sigilo.”

**10.** Um princípio geral de formulação textual diz que, a primeira vez em que é citada, uma entidade deve ser precedida de artigo indefinido e, quando citada pela segunda vez e outras, deve ser precedida do artigo definido. Ocorre, porém, que, em alguns casos, mesmo citadas pela primeira vez, algumas entidades aparecem precedidas de artigo definido. Uma das razões é quando se trata de uma entidade emoldurada, ou seja, quando um vocábulo anterior faz supor a nova entidade como já conhecida.

A frase abaixo que exemplifica o que se afirma acima é:

- a) Um carro entrava na garagem com os pneus furados.
- b) Uma aluna aproximou-se do policial que estava na esquina.
- c) Uma das passageiras dirigiu-se ao guarda sentado a seu lado.

[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

- d) Um dia, todos voltaremos ao lugar onde nascemos.
- e) Umás férias vou tirar no ano que vem.

**11.** Observe as frases abaixo:

O perigo nuclear iraniano  
A revista mensal carioca

Nas frases há a presença de dois adjetivos de tipos diferentes; podemos deduzir que:

- a) a ordem dos adjetivos é completamente aleatória.
- b) no caso de dois adjetivos, um deve vir antes do substantivo.
- c) os adjetivos de nacionalidade são sempre os últimos.
- d) os adjetivos de relação precedem os qualificativos.
- e) adjetivos mais específicos precedem os demais.

**12.** Em todas as frases a seguir foram sublinhados o adjetivo e o termo substantivo a que ele se refere e com que concorda; assinale a frase em que essa referência está indicada corretamente.

- a) "Ser marido é um trabalho de tempo integral."
- b) "A cachaça de Minas é das mais saborosas do país."
- c) "Os maridos das mulheres de que gostamos são sempre uns imbecis."
- d) "É preciso realmente que um homem morra para que outros possam apurar o seu justo valor."
- e) "Há quem esteja disposto a morrer para fazer com que morram os seus inimigos."

**13.** Assinale a opção que apresenta a frase em que houve troca indevida entre onde e aonde.

- a) " Muitas vezes, a sorte é como as mulheres ricas e gastadoras, que arruinam as casas para onde levaram um rico dote. "
- b) " Onde poderia refugiar-me, se não tivesse os queridos dias de minha juventude? "
- c) " A nossa pátria está onde somos amados. "
- d) " Onde não estamos é que estamos bem. Já não estamos no passado e ele nos parece belíssimo. "
- e) " Infeliz é o espírito ansioso pelo futuro, onde nunca chegaremos. "

**14.** Assinale a opção que apresenta a frase em que a locução adjetiva sublinhada foi corretamente substituída.

- a) "Se enxerguei mais longe, foi por estar de pé sobre os ombros de gigantes." / ereto.
- b) "Um homem de espírito não pode nem pensar que existe a palavra dificuldade." / espiritual.
- c) "Dai-me um ponto de apoio e levantarei o mundo." / apoiado.
- d) "Não há nenhum mal no átomo, apenas na alma dos homens." / masculina.
- e) "O sucesso é o único critério da sabedoria." / sabedor.

**15.** "Toda vez que pinto um retrato perco um amigo."

[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

As formas verbais sublinhadas mostram perfeita concordância de tempos; as formas verbais a seguir que mostram **inadequação** são:

- a) pintava / perdia.
- b) pinte / tenho perdido.
- c) tivesse pintado / teria perdido.
- d) pintasse / perderia.
- e) pintara / tinha perdido.

**16.** “A música talvez seja o único exemplo do que poderia ter sido – se não tivessem existido a invenção da linguagem, a formação das palavras, a análise das ideias – a comunicação das almas”.

Sobre os termos sintáticos sublinhados, assinale a afirmativa correta.

- a) Todos exercem a função de complemento nominal.
- b) Todos exercem a função de adjunto adnominal.
- c) O primeiro e o último termo exercem funções sintáticas distintas.
- d) O segundo termo exerce função sintática distinta dos demais.
- e) Os dois últimos termos exercem a mesma função sintática.

**17.** Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sintático sublinhado tem função sintática diferente das demais.

- a) “Toda a sabedoria consiste em desconfiar dos nossos sentidos.”
- b) “O modo mais correto de esconder dos outros os limites do próprio saber é não ultrapassá-los jamais.”
- c) “Quem não tem necessidades próprias dificilmente se lembra das alheias.”
- d) “Pode-se prescindir de tudo. Desde que não se deva.”
- e) “Deus nunca perturba a alegria dos seus filhos.”

**18.** “Uma manhã, como um de nós estava sem tinta preta, acabou usando a azul: nascia o impressionismo.”

Sobre os componentes desse pensamento de Renoir, assinale a afirmativa correta.

- a) O emprego do artigo indefinido em “Uma manhã” indica a falta de importância da manhã citada.
- b) O conectivo “como” indica noção de modo.
- c) Os dois pontos (:) poderiam ser adequadamente substituídos por “e assim”.
- d) A forma verbal “estava” poderia ser substituída por “estávamos”.
- e) A forma verbal “nascia” deveria ser substituída por “tinha nascido”.

**19.** Assinale a frase que apresenta um erro de regência.

- a) “Todos amam os bons, mas os exploram. Todos detestam os maus, mas os temem e lhes obedecem.”
- b) “Toda arte aspira continuamente à condição da música.”
- c) “Não quero que as pessoas sejam muito gentis: isso me poupa do trabalho de gostar muito delas.”
- d) “Culpamos as pessoas que não gostamos pelas gentilezas que nos demonstram.”

e) "A embriaguez excita e traz à luz todos os vícios."

**20.** "A pintura transforma o espaço em tempo; a música, o tempo em espaço."

A razão que justifica o emprego da vírgula nesse pensamento é a mesma que ocorre em:

a) "A pintura é poesia silenciosa, a poesia é pintura que fala."

b) "A pintura é uma poesia que se vê e não se sente, e a poesia é uma pintura que se sente e não se vê."

c) "A crítica rasteja, e a criação voa."

d) "O artista é mentiroso, mas a arte é verdade."

e) "Todos pintam com talento e ele, com arte."

**21.** Assinale a opção que indica a frase em que a locução sublinhada foi corretamente substituída.

a) "Só conhece realmente uma pessoa quem a ama sem esperança." / inesperadamente.

b) "Não se pode deixar de esforçar-se, entregando-se ao destino; quem consegue obter óleo das sementes sem esforço?" / esforçadamente.

c) "Não há alegria sem vinho." / sobriamente.

d) "A beleza, inclusive na arte, não pode ser examinada sem pudor." / pudicamente.

e) "Quando somos belas, ficamos ainda mais belas sem adornos." / desnudas.

**22.** A frase abaixo em que os dois vocábulos sublinhados pertencem à mesma classe gramatical é:

a) "Com o bom sou bom, mas mesmo com quem não é bom, sou bom, pois boa é a virtude."

b) "Mais vale um cachorro amigo que um amigo cachorro."

c) "O muito torna-se pouco quando se deseja um pouco mais."

d) "Conheceríamos muito melhor muitas coisas se não quiséssemos identificá-las com melhor precisão."

e) "O mal menor é aquele que te faz menos mal."

**23.** Todos os períodos abaixo são compostos por dois segmentos; assinale a opção em que foi inserida uma conjunção adequada ao sentido original.

a) "À pobreza faltam muitas coisas, / à avidez falta tudo." / entretanto.

b) "O homem não tem porto, / o tempo não tem margem." / pois.

c) "O espaço mescla-se com o tempo, / o corpo se mescla com a alma." / à medida que.

d) "Vamos esquecer que existe um tempo, / não vamos contar os dias da vida." / logo.

e) "O tempo consome as coisas, / tudo envelhece com o tempo." / mas.

**24.** A frase abaixo em que a forma sublinhada está corretamente grafada é:

a) "Sobre a parede estava pintado um cão enorme, preso à corrente, e em baixo estava escrito: 'Cuidado com o cão.'"

b) "Os homens nada sabem a cerca da verdade dos deuses."



[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

- c) "Os bandeirantes subiram rio a cima a fim de capturar índios."
- d) "Todos chegaram de pressa, mas cuidadosamente."
- e) "A situação era perigosa, porisso vinham devagar."

**25.** Assinale a opção em que a palavra sublinhada está corretamente grafada.

- a) "Esse previlégio de sentir-se em casa em qualquer lugar pertence apenas aos reis."
- b) "A natureza brasileira apresenta aspetos bem diversos."
- c) "No alto do morro, um palacete com picina."
- d) "As seções espíritas eram realizadas todos os dias."
- e) "Na adolecência tudo é permitido."

**26.** A frase em que a forma sob/sobre está corretamente empregada é:

- a) "Os maiores males sempre se infiltraram na vida dos homens sob a ilusória aparência do bem."
- b) "A verdade reside sob os lábios dos moribundos."
- c) "E muitas vezes as coisas que me pareceram verdadeiras quando comecei a concebê-las tornaram-se falsas quando quis coloca-las sob o papel."
- d) "A mentira, como o óleo, está sob a superfície da verdade."
- e) "Quem viaja está sempre sobre céu alheio."

**27.** Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado indica uma qualidade ou um defeito do substantivo.

- a) presunto francês.
- b) pintura antiga.
- c) sujeito desprezível.
- d) parede descascada.
- e) pele manchada.

**28.** Assinale a frase em que a qualificação expressa por um adjetivo foi explicada.

- a) O cenário do local é encantador, com seus jardins permanentemente floridos.
- b) O concerto foi fantástico, apesar do mau desempenho de alguns músicos.
- c) Cenas aterrorizantes parecem atrair público para o cinema.
- d) Uma mulher bonita tem fama entre o público masculino.
- e) Os pratos caros nem sempre são os mais apreciados.

**29.** Um dos recursos expressivos na escrita consiste em deslocar palavras da classe gramatical a que elas pertencem. Das frases abaixo, a única em que isso não ocorre é:

- a) "A morte produz o agradável: as viúvas."
- b) "O cantar afasta as tristezas do coração."
- c) "Morreu, mas num lentamente admirável."
- d) "Arrancou o celeste raio e o tirânico cetro."
- e) "No passar das coisas existe algo maravilhoso."

**30.** A frase abaixo em que o emprego da preposição de é fruto da regência de um termo anterior é:

[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

- a) "A saúde de todo o corpo provém da oficina do estômago."
- b) "Quem come do fruto da árvore da sabedoria sempre é arrojado de algum paraíso."
- c) "A fé move montanhas do chão, mas não se esqueça de ficar empurrando enquanto você reza."
- d) "Não gosto de Deus, porque não o conheço, nem do próximo, porque o conheço."
- e) "A voz do povo é a voz de Deus."

**31.** O dicionário Houaiss lista um conjunto de valores mais frequentes da preposição em: tempo, lugar, maneira de ser, estado, modo, distribuição, forma como se pratica uma ação, finalidade, conformidade, equivalência e valor.

Assinale a frase em que essa preposição tem seu valor corretamente identificado.

- a) "Comecei uma dieta, cortei a bebida e alguns pratos e, em catorze dias, perdi duas semanas." / distribuição.
- b) "Se você insiste em emagrecer meu conselho é: coma o quanto quiser. Apenas não engula." / maneira de ser.
- c) "Difícil coisa é, cidadãos, entrar em discussão com a barriga vazia." / estado.
- d) "Tomei comprimidos, mas desisti de me matar por esse método. Gasta-se uma fortuna em clínicas de desintoxicação." / finalidade.
- e) "A família é um conjunto de pessoas que se defendem em bloco e se atacam em particular." / modo.

**32.** Muitos vocábulos portugueses admitem dupla grafia; o exemplo abaixo que só admite a primeira das duas formas indicadas é:

- a) flecha/frecha.
- b) enfarte/enfarto.
- c) aluguel/aluguer.
- d) cociente/quociente.
- e) próprio/própio.

**33.** Entre os adjetivos abaixo, aquele que é classificado como de relação, não sofrendo modificações de grau é:

- a) artista famoso.
- b) bolsa cara.
- c) roupa importada
- d) desempenho admirável.
- e) população pobre.

**34.** Todos os elementos discursivos – entidades, processos e atributos – aparecem ligados a outros termos através de elementos de relação (conjunções e preposições).

A frase abaixo em que o elemento de relação sublinhado é de caráter obrigatório em função da regência de um termo anterior é:

- a) Viajavam sempre durante as férias.
- b) Apesar de tudo, as férias foram boas.
- c) Precisamos de mais férias durante o ano.

- d) Saímos quando chegaram as férias.
- e) Fomos para a Europa durante as férias.

**35.** Um jornal mostrava, em sua seção de horóscopo, o pequeno texto abaixo:

Dia que mostra mudança positiva, especialmente em relação a seus interesses de trabalho, sentimentos pessoais em torno de amigos e assuntos pendentes. Controle seu temperamento, pois o quadro sugere, entre íntimos, um pouco mais de moderação e cuidados. O ambiente astral de Saturno no quadro ascendente indica favorabilidade”.

Esse texto só não mostra como característica:

- a) a ocorrência frequente de substantivos abstratos sem explicitação.
- b) utilização de adjetivos sem complementos nominais.
- c) predominância de mensagens de caráter positivo
- d) presença de vocábulos e expressões de possibilidade.
- e) emprego de jargão técnico da Astrologia.

**36.** “O levantamento foi feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) com 99 instituições.”

A sigla do Sindicato aparece entre parênteses porque

- a) assim requer a convenção da imprensa escrita.
- b) se trata de uma instituição amplamente conhecida.
- c) é empregada novamente no desenrolar do texto.
- d) economiza espaço gráfico em futuras referências.
- e) indica o responsável oficial pelo levantamento citado.

**37.** Assinale a frase a seguir em que a concordância verbal com porcentagens está incorreta.

- a) 25,7% do total de calouros se matricularam.
- b) 30% da imprensa mostraram esse mesmo dado.
- c) 1,7% do jornal se ocuparam dessa notícia.
- d) 5,8% do público leitor comentou os dados fornecidos.
- e) 1,3% dos leitores se interessaram pela notícia.

**38.** “No primeiro semestre deste ano, 80 mil alunos deixaram de ingressar em faculdades particulares de todo o país...”

Assinale a opção que indica a frase em que o emprego da expressão sublinhada está correto.

- a) Todo o texto 1 mostra dados preocupantes.
- b) Nem todo o jornal do Rio publicou essa notícia.
- c) Todo o dado fornecido no texto foi confirmado pelo jornal.
- d) Todo o calouro deve matricular-se no início do ano.
- e) Em todo o primeiro semestre começam as aulas nas universidades privadas.

**39.** "O casamento foi a maneira que a humanidade encontrou de propagar a espécie sem causar falatório na vizinhança."

Assinale a opção em que a oração reduzida sublinhada está corretamente desenvolvida.

- a) "sem que cause falatório na vizinhança."
- b) "sem que seja causado falatório na vizinhança."
- c) "sem que que causasse falatório na vizinhança."
- d) "sem que tivesse causado falatório na vizinhança."
- e) "sem causar-se falatório na vizinhança."

**40.** Na palavra "falatório", o sufixo -ório tem o mesmo valor semântico no seguinte vocábulo:

- a) auditório.
- b) promontório.
- c) laboratório.
- d) relatório
- e) palavrório.



[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

Gabarito – Língua Portuguesa									
01. E	02. C	03. C	04. B	05. C	06. C	07. A	08. E	09. D	10. A
11. E	12. E	13. E	14. A	15. B	16. C	17. E	18. C	19. D	20. E
21. C	22. E	23. A	24. C	25. B	26. A	27. C	28. A	29. D	30. D
31. E	32. E	33. C	34. C	35. D	36. D	37. C	38. A	39. C	40. E

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

**01.** No ano em que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, completa 30 anos, merece especial homenagem o título que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido, o texto constitucional dispõe que é:

- a) permitida a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato, para se evitarem retaliações;
- b) vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- c) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- d) inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo fomentada atividade política e partidária nos cultos religiosos;
- e) assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o resguardo do sigilo da fonte, inclusive quando necessário ao exercício profissional.

**02.** O Art. 100 da Constituição do Estado Beta foi emendado há poucos dias e passou a dispor que o subsídio de todos os agentes públicos do Estado e dos Municípios nele localizados observaria, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.

À luz da sistemática afeta ao regime de subsídios, tal qual estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil, o Art. 100 da Constituição do Estado Beta é

- a) inconstitucional, pois a Constituição do Estado não pode dispor que o subsídio mensal dos desembargadores deve ser o limite único a ser observado.
- b) constitucional, pois a Constituição do Estado, em observância à isonomia, deve estabelecer limite único para todos os servidores estaduais e municipais.
- c) parcialmente inconstitucional, pois a Constituição Estadual não pode estabelecer o referido limite único para os municípios localizados no Estado Beta.
- d) constitucional, desde que o referido subsídio único tenha sido estabelecido a partir de proposta de iniciativa legislativa do Poder Judiciário.
- e) parcialmente inconstitucional, pois a Constituição do Estado Beta não pode estender o referido limite único aos deputados estaduais e àqueles que possuem vínculo com os municípios.

**03.** João foi condenado a alguns anos de prisão pela prática de certo crime. A sentença condenatória foi objeto de recurso de apelação, ainda não julgado pelo Tribunal competente. Posteriormente à sua condenação em primeira instância, entrou em vigor a Lei WX, que aumentou a pena mínima cominada ao crime pelo qual João fora condenado. Essa nova pena supera em muito a pena que lhe fora aplicada.

À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e às garantias fundamentais, o Tribunal competente, ao julgar o recurso de apelação, deve considerar a Lei WX

- a) aplicável a João, pois a lei penal sempre tem incidência imediata, incidindo nos processos pendentes de julgamento.

- b) não aplicável a João, na medida em que é maléfica a ele, agravando a sua situação.
- c) aplicável a João, pois a lei penal incide nos processos pendentes sempre que não dispuser em contrário.
- d) não aplicável a João, pois, quando de sua entrada em vigor, já tinha sido proferida sentença em primeira instância.
- e) aplicável a João, pois o Tribunal competente ainda não julgou o recurso de apelação, o que exauriria a instância ordinária.

**04.** A Lei X do Estado Delta dispôs sobre os requisitos a serem observados na celebração de contratos de transporte no seu território.

A Associação das Empresas de Transporte, insatisfeita com os efeitos práticos da Lei X, procurou um advogado e solicitou que fosse esclarecido se o Estado teria competência para legislar sobre essa matéria.

À luz da sistemática constitucional, a Lei X

- a) foi corretamente editada pelo Estado Delta, que pode legislar concorrentemente com a União sobre Direito Civil.
- b) jamais poderia ter sido editada pelo Estado Delta, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- c) somente poderia ser editada pelo Estado Delta se existisse lei complementar da União autorizando.
- d) foi corretamente editada pelo Estado Delta, nos limites de sua competência legislativa suplementar.
- e) poderia ser editada pelo Estado Delta, mas sua eficácia cessaria com a superveniência de lei federal em sentido diverso.

**05.** A Polícia Civil do estado Ômega vem monitorando uma suposta quadrilha de distribuição de drogas sintéticas para jovens de classe média.

A partir de interceptação telefônica, uma das operações realizadas resultou na prisão de três suspeitos, na apreensão de dois mil comprimidos e de três aparelhos celulares, cujos registros de chamadas, após decisão judicial, foram analisados e levaram à expedição de dois mandados de busca e apreensão e de dois mandados de prisão.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) A interceptação telefônica que levou à prisão dos suspeitos é válida, mas os registros de dados dos aparelhos apreendidos não podem ser utilizados como prova, por estarem protegidos por sigilo.
- b) A interceptação telefônica que levou à prisão dos suspeitos e ao desbaratamento da quadrilha é válida, desde que tenha sido autorizada por ordem judicial.
- c) O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, protegido por dispositivo constitucional que constitui cláusula pétrea, não se autorizando a realização de interceptação telefônica.
- d) A interceptação telefônica pode ser realizada pela autoridade policial sem a necessidade de autorização judicial, mas os dados de registro somente podem ser acessados após decisão judicial.
- e) O sigilo das comunicações telefônicas e o sigilo de dados não poderiam ser quebrados nem mesmo por decisão judicial, por se tratar de cláusulas pétreas.

**06.** Com o falecimento de Antônio, servidor público federal que estava em plena atividade, sua esposa Maria requereu o recebimento da respectiva pensão por morte.

Na ocasião, foi informada que, apesar de a remuneração de Antônio ser elevada, equivalendo ao teto remuneratório constitucional, o valor da pensão corresponderia (i) ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, que alcançava os trabalhadores em geral, (ii) acrescido de sessenta por cento da parcela excedente ao referido limite.

À luz da sistemática constitucional, a informação dada a Maria é

- a) incorreta, pois o acréscimo referido em (ii) deve ser de setenta por cento da parcela excedente ao limite referido em (i).
- b) correta, pois o limite referido em (i) e a parcela a ser acrescida, referida em (ii), estão em harmonia com a disciplina estabelecida na Constituição da República.
- c) incorreta, pois o princípio da irredutibilidade de vencimentos impede que a pensão por morte seja fixada em patamar inferior à última remuneração de Antônio.
- d) correta, desde que Maria, a pensionista, tenha menos de setenta anos de idade, o que ensejará a incidência dos redutores referidos em (i) e (ii).
- e) incorreta, pois inexistente qualquer vinculação com o regime geral de previdência social, devendo a pensão ser fixada em sessenta por cento da última remuneração de Antônio.

**07.** Augusto Silva, candidato a vereador pelo Partido Ômega, ingressou na justiça para impedir a veiculação de matéria, em jornal de grande circulação, que relembra as acusações de desvio de verbas que lhe foram imputadas. O fato lhe rendeu um processo criminal, do qual foi inocentado por falta de provas, há mais de seis meses.

O candidato alega que, com o trânsito em julgado da sentença, não há mais interesse na divulgação da informação e que a matéria pode prejudicar sua campanha.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, em razão da proteção constitucional à intimidade, à honra e à imagem do indivíduo.
- b) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, uma vez que não há interesse público envolvido na divulgação de denúncia da qual foi inocentado.
- c) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, em razão da liberdade jornalística e de comunicação, bem como da liberdade de informação.
- d) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, uma vez que a inocência por falta de provas no processo criminal não afasta a possibilidade de ajuizamento de ação de improbidade.
- e) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, desde que consiga demonstrar minimamente que sua divulgação é capaz de alterar o resultado da eleição.

**08.** A população do norte do estado Alfa, insatisfeita com a grave crise econômica e a notória incompetência do governador do estado, aprovou, em plebiscito, o desmembramento do referido território do estado Alfa e sua incorporação ao estado Beta, o que também foi aprovado pela população deste último.

Ato contínuo, os governadores dos estados Alfa e Beta editaram ato conjunto sacramentando o desmembramento e a correlata incorporação.

À luz da sistemática constitucional, o referido procedimento está



- a) incorreto, pois o princípio da indissolubilidade da Federação afasta qualquer mobilidade interna, de ordem territorial, entre os estados.
- b) correto, pois as populações interessadas foram ouvidas, e sua vontade foi chancelada por agentes democraticamente legitimados.
- c) incorreto, pois a questão federativa é estranha à vontade popular e deve ser integralmente resolvida no âmbito do Senado, que conta com representação paritária dos estados.
- d) correto, desde que, após a aprovação pelas populações interessadas e a edição do ato conjunto, cada Assembleia Legislativa edite a lei de sua competência.
- e) incorreto, pois, além da aprovação pela população diretamente interessada, é necessária a aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar, não dos governadores.

**09.** A Constituição da República de 1988, ao tratar das disposições gerais da administração pública, estabelece que:

- a) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação eleitoral e partidária;
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- c) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é permitida para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- e) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

**10.** João, servidor público estável ocupante de cargo efetivo no Município de Salvador, acaba de se eleger Vereador no mesmo Município.

De acordo com as normas constitucionais aplicáveis:

- a) independentemente de haver compatibilidade de horários, João deverá se afastar do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- b) independentemente de haver compatibilidade de horários, João deverá se afastar do cargo efetivo, auferindo a remuneração pelo cargo eletivo;
- c) se houver compatibilidade de horários, João poderá acumular os dois cargos, mas perceberá apenas a remuneração de um dos cargos, facultando-lhe a escolha;
- d) se houver compatibilidade de horários, João perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- e) se houver compatibilidade de horários, João poderá acumular os dois cargos, mas perceberá apenas a remuneração do cargo eletivo.

**11.** Membro do legislativo de determinado Estado fez uso de sua cota mensal de passagens aéreas em favor da mulher, filha e babá, as quais se deslocaram para a mesma cidade para a qual ia o parlamentar, a fim de participar de reunião do partido do qual é membro. Questionado, referiu que na legislação inexistia proibição expressa vedando a cessão dos bilhetes de passagem, o que é fato.

Sobre a conduta do parlamentar, assinale a afirmativa correta.

- a) Está de acordo com os princípios administrativos.
- b) Fere o princípio da moralidade.
- c) É contrária ao princípio da impessoalidade.
- d) Representa um ato de nepotismo.
- e) Está de acordo com o princípio da boa-fé.

**12.** Com o objetivo de uniformizar o atendimento ao público nas agências da rede bancária, foi promulgada Emenda à Constituição do Estado Alfa dispondo que o tempo máximo de espera, nas agências situadas em todos os Municípios situados na esfera territorial do Estado, não deverá superar cinquenta minutos.

À luz da divisão de competências estabelecida na Constituição da República, sobre o referido comando normativo assinale a afirmativa correta.

- a) É inconstitucional, por usurpar competência legislativa da União.
- b) É inconstitucional, por usurpar competência legislativa dos Municípios.
- c) É constitucional, por estar abrangido pela competência legislativa estadual.
- d) É constitucional, desde que lei nacional, editada pela União, não disponha em sentido diverso.
- e) É inconstitucional, pois, embora esteja abrangido pela competência estadual, deveria ser veiculado em lei.

**13.** O Juiz de Direito da Comarca Alfa, ao receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Antônio, pela prática de crime contra o patrimônio, entendeu que as provas colhidas na investigação criminal apontavam para a existência de um coautor para a infração penal, João, sobre o qual a inicial acusatória não fazia qualquer menção. Por tal razão, expediu determinação para que o Promotor de Justiça aditasse a denúncia para nela incluir João.

À luz da sistemática constitucional afeta ao Ministério Público, é correto afirmar que a referida determinação

- a) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da inamovibilidade.
- b) está em harmonia com a ordem constitucional, desde que confirmada pelo Tribunal de Justiça.
- c) está em harmonia com a ordem constitucional, por força do direito fundamental de acesso à justiça.
- d) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da independência funcional.
- e) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio do convencimento motivado.

**14.** João almejava ter conhecimento das informações de ordem tributária, relativas aos tributos municipais que pagou na condição de contribuinte, as quais se encontravam em poder do Município Alfa. Para tanto, formulou requerimento endereçado ao Secretário Municipal de Fazenda, que o denegou, por escrito, sob o argumento de se tratar de informação sigilosa.

Irresignado com o indeferimento, João procurou seu advogado, o qual informou que o instrumento constitucional, previsto no rol dos direitos e garantias fundamentais, adequado à solução do seu problema, é

- a) o mandado de segurança.
- b) o mandado de injunção.
- c) o direito de petição.
- d) o *habeas data*.
- e) a reclamação.

**15.** Assinale a afirmativa correta sobre o mandado de segurança:

- a) não cabe mandado de segurança contra atos praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista.
- b) admite-se excepcionalmente a produção de prova testemunhal no mandado de segurança, mas não a pericial.
- c) a sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, à escolha do impetrante.
- d) da sentença do mandado de segurança não cabe duplo grau obrigatório de jurisdição, mas somente apelação.
- e) não cabe mandado de segurança em face de decisão judicial transitada em julgado.

**16.** O Estado Alfa aprovou a Lei nº 123, dispondo sobre "*organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis*", temática até então ainda não disciplinada em lei da União.

Pouco tempo depois, a União, no exercício de sua competência legislativa, editou a Lei nº 456, de caráter nacional, que dispunha em sentido diametralmente oposto aos artigos 10 a 20 da Lei nº 123.

Considerando a narrativa acima, é correto afirmar que os artigos 10 a 20

- a) foram revogados.
- b) tiveram a sua eficácia suspensa.
- c) permaneceram em pleno vigor, independente de qualquer previsão específica na Lei nº 456.
- d) permaneceram em vigor, desde que tal tenha sido expressamente previsto na Lei nº 456.
- e) coexistirão com as normas editadas pela União, cabendo ao intérprete identificar a mais adequada ao caso concreto.

**17.** O Prefeito do Município Alfa pretende nomear um conhecido para exercer função de confiança na Administração Pública municipal.

Sobre a nomeação, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Pode ser feita quer o conhecido ocupe, quer não, cargo na administração municipal.
- b) Somente pode ser feita, caso não haja aprovado em concurso público apto a desempenhá-la.
- c) Somente pode ser feita, caso o conhecido ocupe cargo em comissão na administração municipal.
- d) Somente pode ser feita caso o conhecido seja previamente aprovado em concurso público para esse fim.

e) Somente pode ser feita caso o conhecido ocupe cargo de provimento efetivo na administração municipal.

**18.** A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprecia projeto de lei sobre a previdência dos servidores públicos estaduais. As opções listadas a seguir fazem parte do projeto. Assinale a que é compatível com a Constituição de 1988.

- a) Previsão de aposentadoria antecipada para policiais civis.
- b) Equiparação das idades de aposentadoria voluntária para homens e mulheres.
- c) Eliminação da aposentadoria compulsória para servidores do Estado.
- d) Previsão de alíquota de contribuição dos servidores de 10% sobre as respectivas remunerações.
- e) Exigência de somente cinco anos de efetivo exercício público para qualquer aposentadoria.

**19.** O edital de concurso público para provimento de cargos de provimento efetivo, estabeleceu (I) o conteúdo programático das provas, (II) o caráter eliminatório das provas escrita e oral; (III) o caráter eliminatório do exame psicotécnico e (IV) a idade máxima para a ocupação dos cargos, a qual estava lastreada em critérios de razoabilidade.

À luz da sistemática constitucional e considerando que a lei de regência não contém previsão expressa a respeito de qualquer dos quatro itens referidos acima, a previsão exclusivamente no edital está correta em relação aos itens

- a) I, III e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I e II, apenas.

**20.** Com o objetivo de prestigiar a propriedade privada, a Lei estadual nº 123/2018 dispôs que as concessionárias de energia elétrica deveriam promover a remoção gratuita dos postes de energia elétrica que estejam causando transtornos aos proprietários dos respectivos terrenos.

À luz da divisão de competências prevista na Constituição da República, o referido diploma normativo é

- a) constitucional, pois compete concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre energia e respectivas instalações.
- b) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre energia e explorar as instalações de energia elétrica.
- c) constitucional, pois o Estado tem competência para legislar sobre as concessões de energia em seu território.
- d) inconstitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre matérias de interesse local.
- e) constitucional, pois compete aos Estados complementar as normas gerais editadas pela União.

**21.** O princípio da legalidade na Administração Pública, reconhecido expressamente pela Constituição Federal, surge a partir do conceito de Estado de Direito, e tem, como decorrência,

- a) a liberdade da administração pública para realizar tudo o que não é proibido por lei.
- b) a obrigação do administrador público de fazer apenas o que está previsto em lei.
- c) a impossibilidade de decisões de caráter discricionário por parte da administração pública.
- d) a permissão da discriminação de indivíduos em prol da manutenção da lei.
- e) a impedimento da irretroatividade da lei visando preservar a pretensão de direitos públicos.

**22.** A federação é a forma de Estado composta pela associação de múltiplas entidades territoriais autônomas, dotadas de governo próprio, que dividem responsabilidades em diferentes âmbitos.

De acordo com o texto constitucional, o Brasil, considerado um exemplo de Estado federado, **não** inclui como ente da federação

- a) o Distrito Federal
- b) os Estados
- c) os Municípios
- d) os Territórios federais
- e) a União

**23.** O presidente da Câmara Municipal de Alfabeta, Sr. Raposo Correia, membro da Igreja Benditos do 10º Dia, vem consultá-lo sobre a legalidade de o Município doar área pública de uso comum, constituída por terreno baldio, para a construção da Igreja Matriz do grupo religioso referido, projeto este que já tem o *de acordo* do Prefeito, que também é membro da mesma Igreja. Sobre a pretensão do presidente da Câmara de Vereadores, assinale a afirmativa correta.

- a) A doação só poderá ser feita se a Igreja apresentar um projeto social que envolva a construção pretendida.
- b) A doação de bem público municipal a qualquer particular é vedada por lei específica.
- c) O princípio da laicidade do Estado veda qualquer tipo de subvenção a Igrejas.
- d) A licitação, na hipótese em análise, é necessidade inafastável para que a doação se concretize.
- e) A doação só irá ocorrer se a Igreja estiver cadastrada junto à Secretaria Municipal de Ação Social.

**24.** Mário Sérgio, com 76 anos, foi nomeado para o cargo em comissão de assessor parlamentar. Neste caso,

- a) É ilícita tal nomeação, por afrontar o dispositivo constitucional que determina a aposentadoria compulsória do servidor aos 70 ou 75 anos.
- b) É inconstitucional tal nomeação, já que contraria o disposto no Art. 40, inciso II, § 1º, da CRFB/88, que estabelece a aposentadoria compulsória aos 70 ou 75 anos.
- c) É válida a nomeação, por se tratar de cargo em comissão, de livre nomeação, não se sujeitando ao limite de idade referido no Art. 40, inciso II, § 1º, da CRFB/88.

- d) É válida a nomeação por se tratar de cargo em comissão, não existindo qualquer limitação imposta à autoridade pública com poderes para fazer a indicação.
- e) É inválida a nomeação, visto que fere os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade.

**25.** O Prefeito do Município Ômega nomeou, como Secretária de Ação Social do Município, sua cunhada, Rosa Lima. Nomeou, ainda, para a função de assessor jurídico da Prefeitura, seu sobrinho, Lionel Batista, advogado, que é funcionário efetivo da Prefeitura. Sobre essas nomeações, assinale a afirmativa correta.

- a) Ambas as nomeações devem ser consideradas nulas, em função da ocorrência de nepotismo.
- b) Ambas as nomeações são lícitas e permanecem hígidas, já que a primeira é para cargo político, de governo, e a segunda é de servidor efetivo, profissionalmente habilitado.
- c) Deve prevalecer apenas a nomeação da cunhada, que não possui grau de parentesco com o Prefeito.
- d) Deve prevalecer apenas a nomeação do sobrinho, já que este possui cargo efetivo e prestou concurso público.
- e) Nenhuma das nomeações deve ser admitida, posto que atentam contra o princípio da moralidade pública.

**26.** Um Estado brasileiro suspende o pagamento de sua dívida fundada por um período superior a dois anos, sem uma justificativa plausível.

Em uma situação como essa, fica permitido à União

- a) realizar uma intervenção federal para reorganizar as finanças do Estado.
- b) iniciar o rito ordinário para o *impeachment* do governador do Estado.
- c) instituir um plebiscito para a anexação do Estado devedor a um outro estado.
- d) acionar o STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para que tome as medidas cabíveis.
- e) levar, para ser votada na Comissão Mista de Orçamento, proposta de transferência de recursos para o Estado.

**27.** A Lei XX do Município Alfa dispôs sobre o horário limite de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, o que foi justificado pela necessidade de ser disciplinada a circulação de pessoas e veículos, que tende a ser maior quando esses estabelecimentos estão abertos ao público.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que a Lei XX é

- a) constitucional, pois o Município é competente para legislar sobre interesse local, e o comando legal é razoável.
- b) inconstitucional, pois, embora o Município possa legislar sobre a matéria, o comando legal ofende a livre concorrência.
- c) constitucional, pois o Município está autorizado a legislar concorrentemente com a União sobre direito comercial.

- d) inconstitucional, pois o Município não possui competência legislativa para legislar sobre direito comercial.
- e) constitucional, pois o Município pode legislar em caráter suplementar sobre trânsito.

**28.** Peter, cidadão alemão casado com Maria, cidadã brasileira, veio a falecer deixando diversos bens no território brasileiro. Tão logo ocorreu o óbito, Maria, cônjuge sobrevivente, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da lei que regularia a sucessão, se seria a brasileira ou a alemã.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve responder que a sucessão será regulada

- a) pela lei brasileira em benefício de Maria, salvo se a lei pessoal do de *cujus* lhe for mais favorável.
- b) necessariamente pela lei brasileira.
- c) pela lei brasileira em benefício de Maria, desde que da união tenha resultado filho brasileiro.
- d) necessariamente pela lei alemã.
- e) pela lei alemã em benefício de Maria, desde que da união tenha resultado filho alemão.

**29.** O Município XYZ, situado no Estado ABC, enfrenta, neste momento, grave situação de insegurança, devido a diários conflitos envolvendo traficantes fortemente armados. Tais conflitos já deixaram dezenas de mortos em um período de duas semanas, e as tentativas de resposta da polícia foram objeto de retaliação por parte de bandidos, aterrorizando a população local.

Nesse caso,

- a) a União ou o Estado ABC podem intervir no Município XYZ, com o fim de ver restabelecida a ordem pública, gravemente comprometida pelos eventos descritos.
- b) pode o Estado ABC intervir no Município XYZ, com o propósito de fazer cessar ameaça à segurança pública e à ordem constitucional estabelecida.
- c) a União pode intervir no Estado ABC para pôr fim ao grave comprometimento da ordem pública, mas o Estado ABC não pode intervir no Município XYZ nessa hipótese.
- d) a União pode intervir no Município XYZ para o restabelecimento da ordem pública gravemente comprometida, devendo submeter o decreto de intervenção à apreciação do Congresso Nacional.
- e) não está configurada hipótese de intervenção federal ou estadual, uma vez que esta requer, nos termos da Constituição da República, atuação dolosa por parte do Estado ou do Município.

**30.** A Lei Estadual XX dispôs que os ocupantes do cargo de provimento efetivo de oficial de justiça de primeiro grau, inserido em carreira própria, subdividida em três classes, poderiam optar pela transposição para o cargo de oficial de justiça junto ao tribunal, inserido em carreira subdividida em quatro classes. Ambos os cargos estão vinculados ao Tribunal de Justiça e observam os mesmos requisitos de investidura, mas o segundo desses cargos tem remuneração superior em 10 % (dez por cento) e é provido a partir de concurso público distinto. À luz da sistemática constitucional, a Lei Estadual XX é:

- a) constitucional, pois a transposição entre cargos sempre é possível no âmbito da mesma estrutura estatal de poder;
- b) inconstitucional, apenas porque as carreiras não são subdivididas no mesmo número de classes;
- c) inconstitucional, porque não é possível a transposição entre cargos vinculados a carreiras diversas;
- d) constitucional, pois os requisitos para a investidura em ambos os cargos são os mesmos;
- e) inconstitucional, apenas porque a remuneração entre os cargos não é a mesma.

**31.** Em razão da constante desatualização dos vencimentos dos servidores públicos estaduais vinculados ao Poder Executivo, principalmente quando comparado com cargos similares da Administração Pública Federal, foi promulgada a Lei Estadual YY, que determinou o reajuste anual dos referidos vencimentos, de modo automático, no mesmo percentual aplicado aos cargos federais. À luz da sistemática constitucional, a Lei Estadual YY é:

- a) inconstitucional, pois não é possível vincular o reajuste dos servidores estaduais aos reajustes conferidos a cargos similares da Administração Pública Federal;
- b) inconstitucional, pois a vinculação do reajuste dos servidores estaduais a índices federais de correção monetária deveria estar prevista na Constituição Estadual;
- c) constitucional, desde que a União tenha autorizado o reajuste automático dos vencimentos dos servidores estaduais pelo índice federal de correção monetária;
- d) constitucional, pois é possível a vinculação do reajuste dos servidores estaduais a índices federais de correção monetária;
- e) constitucional, pois o correto seria vincular o reajuste dos servidores estaduais aos índices utilizados por outros Estados.

**32.** O Município Alfa editou a Lei nº 22/2018, dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio local, o qual foi considerado inadequado pelos representantes dos lojistas. Considerando os prejuízos financeiros que poderiam advir dessa situação, o Sindicato dos Lojistas solicitou ao seu departamento jurídico que esclarecesse se o Município poderia legislar sobre a matéria. À luz da sistemática constitucional, o departamento jurídico informou corretamente que a Lei nº 22/2018 é:

- a) constitucional, desde que a lei municipal não ultrapasse os limites estabelecidos nas normas gerais editadas pelo Estado;
- b) inconstitucional, pois a medida terá reflexos nas relações trabalhistas, matéria de competência privativa da União;
- c) inconstitucional, pois compete privativamente à União editar sobre direito econômico e restringir a livre iniciativa;
- d) inconstitucional, pois o princípio da isonomia exige que o trato da matéria seja uniforme, exigindo lei estadual;
- e) constitucional, pois compete aos Municípios legislar sobre matérias de interesse local.

**33.** Com o objetivo de ampliar a arrecadação e aprimorar as políticas públicas afetas aos direitos prestacionais, o Município Alfa editou a Lei nº 123/2018, disciplinando o funcionamento dos bingos no âmbito do seu território. Foram previstos os requisitos a serem atendidos para a concessão da licença de funcionamento e a parcela da



arrecadação a ser transferida aos cofres públicos. À luz da sistemática constitucional de divisão de competências legislativas, a Lei nº 123/2018 é:

- a) inconstitucional, pois compete concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre bingos;
- b) constitucional, pois compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local;
- c) constitucional, desde que a União tenha transferido aos Municípios competência legislativa;
- d) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre bingos;
- e) constitucional, desde que observadas as normas gerais editadas pela União.

**34.** Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
- d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;
- e) afronta a garantia constitucional do contraditório.

**35.** João, Juiz de Direito de entrância intermediária, concorreu à promoção por antiguidade. Embora fosse o mais antigo entre os concorrentes, o seu nome foi recusado pelo tribunal. Considerando a sistemática constitucional de promoção por antiguidade, o tribunal:

- a) pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços dos seus membros, observados os demais requisitos;
- b) pode recusar o mais antigo pela unanimidade dos seus membros, observado o contraditório e a ampla defesa;
- c) pode recusar o mais antigo pela maioria dos seus membros, em razão de condenação em processo administrativo;
- d) pode recusar o mais antigo, estando sua decisão sujeita ao referendo do Conselho Nacional de Justiça;
- e) não pode recusar o mais antigo, que possui direito subjetivo à nomeação.

**36.** Determinado Estado da federação celebrou acordo de regime tributário especial com certo contribuinte, o qual acarretou a exponencial redução do crédito tributário inicialmente devido. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para anular o acordo com base no argumento de que seria ilegal. À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

- a) tem legitimidade para ajuizar a ação, devendo zelar pela aplicação da lei tributária, ainda que a favor do contribuinte;

- b) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode substituir-se ao Estado na defesa do patrimônio público;
- c) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois integra o Estado, ente que celebrou o acordo;
- d) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode atuar em matéria tributária;
- e) tem legitimidade para ajuizar a ação visando à defesa do patrimônio público.

**37.** Joaquim foi nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para exercer a função de confiança de chefe do setor onde estão lotados quinze Oficiais da Infância e Juventude daquele Tribunal.

De acordo com as disposições constitucionais sobre a matéria, é correto afirmar que Joaquim:

- a) é necessariamente servidor público ocupante de cargo em comissão;
- b) é necessariamente servidor público ocupante de cargo efetivo;
- c) é necessariamente particular, pois se fosse servidor público deveria ter sido nomeado para cargo em comissão;
- d) pode ser particular, pois seu cargo é de livre nomeação, ou servidor público ocupante de cargo efetivo;
- e) pode ser particular, pois seu cargo é de livre nomeação, ou ocupante de cargo em comissão.

**38.** Pedro, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado administrador público estava praticando atos lesivos ao patrimônio público.

Por considerar absurda essa situação, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da medida que poderia adotar para postular a anulação desses atos.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que Pedro:

- a) não poderia adotar nenhuma medida pessoalmente;
- b) poderia ajuizar uma reclamação constitucional;
- c) poderia impetrar mandado de segurança;
- d) poderia impetrar mandado de injunção;
- e) poderia ajuizar uma ação popular.

**39.** Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

- a) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;

- b) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
- c) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
- d) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
- e) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

**40.** José pretendia concorrer ao cargo de vereador e foi informado de que deveria possuir direitos políticos. Por desconhecer como poderia cumprir essa exigência, solicitou a orientação de um advogado. À luz da sistemática constitucional, o advogado informou, corretamente, que esse requisito é cumprido:

- a) apenas com o nascimento no território brasileiro;
- b) com a aquisição da nacionalidade brasileira;
- c) com a realização do alistamento eleitoral;
- d) com a impetração do mandado político;
- e) com o pagamento da taxa eleitoral.

**41.** Simone foi aprovada em um concurso público para o cargo Alfa, fora do número de vagas previsto no edital, no primeiro trimestre de 2015. De acordo com o edital, esse concurso público teria validade de 18 meses, prorrogáveis uma única vez, o que efetivamente ocorreu.

Na última semana, foi lançado edital para novo concurso público para prover o cargo Alfa. Ao tomar conhecimento desse fato, Simone formulou requerimento administrativo solicitando a sua nomeação.

À luz da sistemática constitucional, o requerimento de Simone deve ser:

- a) indeferido, pois exaurido o prazo de trinta e seis meses de validade do concurso público no qual Simone fora aprovada;
- b) indeferido, pois a nomeação de Simone, após o prazo de validade do concurso, exige ato voluntário da Administração;
- c) deferido, pois a aprovação no concurso fez surgir, para Simone, o direito à nomeação nos quatro anos seguintes;
- d) deferido, pois o edital do novo concurso indica a necessidade de prover o cargo, caracterizando o direito de Simone;
- e) deferido, pois a aprovação no concurso fez surgir, para Simone, o direito imprescritível à nomeação.

**42.** Antônio, insatisfeito com as práticas comerciais adotadas por determinados lojistas, decidiu confeccionar uma “carta aberta” na qual veiculava severas críticas às referidas práticas. Por temer represálias, Antônio não se identificava, inexistindo qualquer informação que permitisse vincular as críticas ao respectivo autor.

À luz da sistemática constitucional, o ato de Antônio está:

- a) dissonante da Constituição, pois a liberdade de expressão não permite a divulgação pública de opiniões sem autorização;

- b) dissonante da Constituição, pois, apesar de ser livre a manifestação do pensamento, é vedado o anonimato;
- c) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de expressão, na democracia, não encontra qualquer limitação;
- d) em harmonia com a Constituição, pois os lojistas desempenham função pública, sujeitando-os à crítica;
- e) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de pensamento não está sujeita a qualquer limitador.

**43.** Maria, Deputada Estadual, almejava apresentar um projeto de lei sobre direito financeiro, tendo constatado que competia à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria.

Com o objetivo de atuar de modo correto, solicitou que sua assessoria esclarecesse o alcance da competência estadual nesse caso.

Com embasamento na sistemática constitucional, a assessoria informou, corretamente, que o Estado, nesse tipo de matéria:

- a) pode legislar livremente sobre a matéria, já que as normas da União se destinam ao plano federal;
- b) enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria, possui competência plena;
- c) somente pode legislar nos limites em que seja autorizado pela União;
- d) revogará as normas gerais da União ao editar normas específicas;
- e) somente pode editar as normas de interesse local.

**44.** Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo de natureza técnica na Administração Pública municipal, foi aprovada em concurso público de provas e títulos, organizado pelo Estado, para o provimento de um cargo igualmente de natureza técnica. Ao dirigir-se ao departamento de recursos humanos do Estado para apresentar os documentos necessários à posse, foi informada que a ordem constitucional vedava a acumulação de cargos públicos nas circunstâncias em que se encontrava.

À luz da sistemática constitucional, a informação prestada a Maria está:

- a) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos desde que Maria opte pela remuneração de um deles;
- b) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que seja observado o teto remuneratório;
- c) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que haja compatibilidade de horários;
- d) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de cargos públicos de natureza técnica;
- e) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de quaisquer cargos públicos.

**45.** Diversos titulares de direitos individuais de natureza disponível solicitaram ao Ministério Público a adoção das providências necessárias ao reconhecimento judicial do seu direito. Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, o Ministério Público

- a) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso o seu caráter disponível não comprometa sua natureza difusa.
- b) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso estejam associados a valores superiores, de interesse social.
- c) não tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, salvo se cada beneficiário lhe outorgar procuração.
- d) não tem legitimidade para atuar em defesa de direitos dessa natureza, em razão da sua disponibilidade.
- e) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso sejam titularizados por entes públicos.

**46.** A Lei estadual X34, de iniciativa do Governador do Estado, alterou a sistemática de cálculo das gratificações devidas aos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo, o que afetou as projeções de ganhos futuros. Apesar disso, não houve qualquer redução de vencimentos, pois os valores pagos à época foram incorporados.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que a Lei estadual X34 é

- a) inconstitucional, por vício de iniciativa e afronta à garantia do direito adquirido.
- b) inconstitucional, por afronta ao princípio da irredutibilidade das gratificações.
- c) constitucional, pois não há direito adquirido a regime jurídico.
- d) inconstitucional, por afronta à garantia do direito adquirido.
- e) inconstitucional, por vício de iniciativa.

**47.** O Município de Quebradinho edita lei determinando que estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas somente podem funcionar até às 00.30h. Inconformado, o proprietário de um bar questiona judicialmente o ato normativo.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei é válida, ainda que tal determinação não conste do Plano Diretor Municipal.
- b) A lei é válida, mas sua eficácia depende de prévio zoneamento e demarcação urbanística das áreas atingidas pela restrição.
- c) A lei é inválida, uma vez que é competência da União editar norma geral de direito urbanístico.
- d) A lei é inválida, uma vez que ela viola os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- e) A lei é inválida, uma vez que os proprietários de estabelecimentos já instalados possuem direito adquirido à manutenção dos horários praticados.

**48.** Pedro, servidor público estadual, é suspeito de praticar ilícitos penais. O Ministério Público, no curso das investigações criminais realizadas sob sua presidência, entendeu que a interceptação das comunicações telefônicas teria grande importância para o esclarecimento dos fatos.

Sobre a interceptação das comunicações telefônicas de Pedro, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Elas podem ser interceptadas por qualquer do povo, pois as concessionárias de telefonia prestam um serviço público.

- b) Elas não podem ser interceptadas, pois são emanção da liberdade de expressão e do direito à intimidade.
- c) Elas somente podem ser interceptados por ordem judicial, emanada de juiz competente.
- d) Elas podem ser interceptadas mediante autorização do superior hierárquico de Pedro.
- e) Elas podem ser interceptadas por decisão do Ministério Público, titular da ação penal.

**49.** João praticou um crime e foi condenado, em sentença criminal transitada em julgado, a (10) dez anos de reclusão. Considerando a sistemática constitucional afeta à suspensão ou à perda dos direitos políticos, é correto afirmar que a referida condenação criminal acarreta

- a) a suspensão dos direitos políticos por tempo equivalente ao dobro da pena privativa de liberdade.
- b) a suspensão dos direitos políticos pelo tempo que venha a ser determinado pelo Juiz Eleitoral.
- c) a suspensão dos direitos políticos pelo tempo determinado pelo Juiz que a proferiu.
- d) a suspensão dos direitos políticos enquanto a condenação produzir os seus efeitos.
- e) a perda definitiva dos direitos políticos.

**50.** Pedro, servidor público estadual, formulou requerimento de gozo de licença paternidade ao seu superior hierárquico, o qual foi indeferido sem qualquer fundamentação.

A licença estava prevista no regime jurídico da categoria como direito subjetivo do servidor, tendo sido o requerimento formulado no prazo legal, devidamente instruído com a certidão de nascimento do filho do requerente.

Assinale a opção que indica o instrumento constitucional mais adequado para impugnar judicialmente a decisão de indeferimento da licença.

- a) Mandado de revogação.
- b) Mandado de segurança.
- c) Mandado de injunção.
- d) Direito de petição.
- e) *Habeas Data*.

**51.** Eraldo, estudante de direito, foi informado que as atribuições do Ministério Público estadual seriam detalhadas em lei complementar estadual. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida lei complementar está sujeita aos balizamentos estabelecidos

- a) pela lei nacional, editada pela União sob a forma de lei complementar.
- b) pela lei nacional, editada pela União sob a forma de lei ordinária.
- c) pela lei nacional, editada pela União em conjunto com os Estados.
- d) pela Constituição da República, somente.
- e) pela Constituição Estadual, somente.

**52.** O prefeito do Município Alfa nomeou, para *funções de confiança*, diversas pessoas que tinham larga experiência na iniciativa privada, mas que jamais haviam atuado no

serviço público. Suas atribuições seriam de direção e de chefia. Sobre o ato do Prefeito, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) É regular, pois as funções de confiança, a exemplo dos cargos em comissão, destinam-se às atribuições de direção e chefia.
- b) É regular, pois as funções de confiança, diversamente dos cargos em comissão, são de livre nomeação pelo prefeito.
- c) É irregular, pois as funções de confiança somente podem ser exercidas pelos ocupantes de cargos em comissão.
- d) É irregular, pois as funções de confiança somente podem ser exercidas pelos detentores de mandato eletivo.
- e) É irregular, pois as funções de confiança são privativas dos servidores ocupantes de cargo efetivo.

**53.** Pedro, servidor público estadual, que contava com dois anos de contribuição previdenciária, sofreu sério acidente automobilístico e ficou permanentemente inválido. Em razão da total impossibilidade de exercer suas funções, requereu sua aposentadoria por invalidez permanente. À luz da sistemática constitucional, o requerimento de Pedro deve ser

- a) indeferido – a aposentadoria por invalidez permanente dos servidores públicos pressupõe três anos de contribuição.
- b) indeferido – a aposentadoria por invalidez permanente dos servidores públicos pressupõe o acidente em serviço.
- c) deferido – os proventos devidos a Pedro devem ser proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) indeferido – os servidores públicos não têm direito à aposentadoria por invalidez permanente.
- e) deferido – a Pedro deve ser assegurado o direito à percepção de proventos integrais.

**54.** Marta morava às margens do rio mais importante de sua região. Certo dia, constatou que uma indústria metalúrgica estava despejando no referido rio elevada quantidade de resíduos sólidos. Nas pesquisas que realizou, constatou que as medidas necessárias à recomposição do meio ambiente, poderiam ser postuladas pelo Ministério Público. Essas medidas seriam exemplo de tutela de interesse

- a) individual indisponível.
- b) individual homogêneo.
- c) meritório.
- d) coletivo.
- e) difuso.

**55.** Determinado Estado da federação editou a Lei nº 123/2018, dispondo sobre os requisitos a serem observados para a conversão da união estável em casamento. Considerando a divisão de competências adotada pela federação brasileira, é correto afirmar que a Lei nº 123/2018 é

- a) constitucional, pois todos os entes da federação têm competência concorrente para legislar sobre a matéria.
- b) inconstitucional, pois, por se tratar de interesse local, somente os Municípios podem legislar sobre a matéria.

- c) constitucional, pois os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre a matéria.
- d) constitucional, pois os Estados têm competência privativa para legislar sobre a matéria.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.

**56.** Maria estava impossibilitada de exercer um direito constitucional inerente à sua cidadania, em razão da ausência de norma regulamentadora. O instrumento constitucional a ser utilizado por Maria, devidamente representada por profissional habilitado, visando à proteção dos seus interesses, é o

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) *habeas corpus*.
- e) *habeas data*.

**57.** Por ocasião da elaboração da lei orgânica municipal, a Câmara Municipal inseriu em seu texto diversos comandos normativos criando cargos e funções nas secretarias do Poder Executivo. Anos depois, o Prefeito Municipal encaminhou ofício à Câmara Municipal informando que esse proceder destoava da Constituição da República de 1988, solicitando, por fim, a revogação dos referidos comandos.

À luz da sistemática constitucional afeta ao processo legislativo, é correto afirmar que:

- a) o Prefeito Municipal está certo, pois a matéria deve ser disciplinada em lei de sua iniciativa privativa;
- b) a Câmara Municipal agiu corretamente, pois a lei orgânica é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal;
- c) o Prefeito Municipal está certo, pois a lei orgânica municipal só pode conter normas afetas ao Poder Legislativo;
- d) a Câmara Municipal agiu corretamente, pois a lei orgânica deve dispor sobre toda a matéria de alçada do Município;
- e) o Prefeito Municipal está certo, pois a organização da administração municipal é matéria da Constituição Estadual.

**58.** Pedro formulou requerimento administrativo ao Município Beta solicitando a fruição de diversos direitos sociais contemplados na Constituição da República de 1988, o que foi negado sob o argumento de que esses direitos pertencem à coletividade, impedindo, assim, que a sua fruição seja requerida por apenas uma pessoa. O Município ainda acresceu que muitos direitos sociais estão previstos em normas constitucionais que não possuem eficácia plena, dependendo de integração pela legislação infraconstitucional. À luz da sistemática constitucional, a decisão do Município Beta está:

- a) totalmente certa, pois os direitos sociais não podem ser fruídos individualmente e dependem, em muitos casos, de integração do seu conteúdo pela lei;
- b) parcialmente certa, pois os direitos sociais não podem ser fruídos individualmente, mas jamais dependem de integração do seu conteúdo pela lei;
- c) parcialmente certa, pois os direitos sociais podem ser fruídos individualmente, mas dependem, em muitos casos, de integração do seu conteúdo pela lei;



- d) parcialmente certa, pois os direitos sociais devem ser postulados pela sociedade, mas serão fruídos individualmente, e não dependem de lei;
- e) totalmente errada, pois os direitos sociais podem ser fruídos individualmente e jamais dependem de integração do seu conteúdo pela lei.

**59.** Pedro ingressou no serviço público municipal estimulado pela segurança e pelos benefícios inerentes ao cargo. Um desses benefícios seria fruído após dez anos de exercício funcional. Pedro completou os dez anos de serviço, mas, no dia em que ia requerer o benefício, o regime jurídico da categoria foi alterado e o benefício foi extinto, somente sendo assegurado o direito dos servidores que já o receberam.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

- a) faz jus ao benefício, estando amparado pela coisa julgada;
- b) não faz jus ao benefício, pois não o requereu a tempo;
- c) faz jus ao benefício, estando amparado pelo direito adquirido;
- d) não faz jus ao benefício, pois tinha mera expectativa de direito;
- e) faz jus ao benefício, pois o regime jurídico não poderia ser alterado.

**60.** Eraldo, adolescente de quinze anos, nascido em território brasileiro, tinha o sonho de seguir carreira política. Para planejar o seu futuro, procurou um amigo advogado e pediu algumas orientações iniciais. Foi-lhe informado que, para se candidatar a um cargo eletivo no Poder Legislativo, era preciso preencher uma série de requisitos, dentre os quais o de ser cidadão e não ser alcançado por uma causa de inelegibilidade.

À luz da sistemática constitucional e da narrativa acima, Eraldo:

- a) já é cidadão, por ter nacionalidade brasileira;
- b) não poderá votar ou ser votado caso se torne inelegível;
- c) somente se tornará cidadão com o alistamento eleitoral;
- d) caso se torne inelegível, terá a sua cidadania afastada;
- e) caso se torne inelegível, terá a sua nacionalidade suspensa.

**61.** O Município Beta, com o objetivo de limitar o tempo de espera do usuário dos serviços bancários, aprovou, após o regular processo legislativo, a Lei X, que estabeleceu um limite máximo de tempo para a realização do atendimento. Insatisfeitas com a medida, as instituições financeiras argumentaram com a sua inconstitucionalidade, pois o Município não poderia legislar sobre a matéria.

À luz da sistemática constitucional, o Município:

- a) possui competência legislativa, pois se trata de matéria de interesse local;
- b) não possui competência legislativa, pois compete à União legislar sobre direito bancário;
- c) possui competência legislativa concorrente com a União e os Estados para legislar sobre direito bancário;
- d) não possui competência legislativa, pois compete ao Estado regular a matéria de modo uniforme;
- e) possui competência legislativa, desde que autorizado por norma geral editada pela União.

**62.** Maria reuniu todos os documentos exigidos para se matricular em uma escola estadual do seu bairro. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido sem qualquer fundamentação. Considerando a manifesta ilegalidade do ato, bem como porque todos os elementos constitutivos do seu direito decorriam da prova documental, Maria procurou um advogado e solicitou o ajuizamento da medida judicial cabível.

À luz da sistemática constitucional, essa medida é:

- a) *habeas corpus*;
- b) mandado de segurança;
- c) mandado de injunção;
- d) *habeas data*;
- e) pedido de suspensão.

**63.** Em tema de concurso público para ingresso de pessoal no serviço público e de servidores públicos, a Constituição da República de 1988 estabelece que:

- a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- b) o prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável duas vezes, por igual período, e, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, é vedada a realização de novo concurso;
- c) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- d) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deverá necessariamente ser precedida de concurso público;
- e) os cargos em comissão são ocupados exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**64.** De acordo com o texto constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível:

- a) a cassação dos direitos políticos, o ressarcimento ao erário, a perda da função pública e a proibição de contratar com o poder público;
- b) a inelegibilidade, a pena privativa de liberdade, a multa e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;
- c) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, a multa e a pena privativa de liberdade;
- d) a pena restritiva de direito, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário e a multa administrativa;
- e) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

**65.** A Constituição da República de 1988 em sua atual redação estabelece que uma servidora pública municipal estatutária ocupante de cargo efetivo de Analista Legislativo pode aposentar-se voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, caso preencha, cumulativamente, os requisitos de tempo mínimo de:

- a) 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos;

- b) 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público e idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos;
- c) 10 (dez anos) no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos;
- d) 10 (dez anos) de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 60 (sessenta e cinco) anos;
- e) 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos.

**66.** João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo da Câmara Municipal, foi demitido injustamente.

Invalidada por sentença judicial sua demissão, de acordo com as disposições constitucionais, João será:

- a) readaptado, e o eventual ocupante da sua vaga originária, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização;
- b) reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- c) aproveitado em cargo de atribuições, escolaridade e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, com direito a indenização e vantagens pecuniárias pretéritas e remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- d) aproveitado em cargo de atribuições, escolaridade e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, sem direito a indenização e vantagens pecuniárias pretéritas, para não configurar seu enriquecimento ilícito;
- e) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**67.** Maria, servidora pública estável ocupante do cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, foi eleita Prefeita na mesma cidade. De acordo com as disposições constitucionais sobre a matéria, Maria:

- a) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será afastada do cargo efetivo, auferindo necessariamente os subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- b) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será afastada do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- c) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será exonerada do cargo efetivo, auferindo necessariamente os subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- d) se houver compatibilidade de horários, lhe será facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou pelos subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- e) se houver compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

**68.** Em matéria de remuneração de servidores públicos, a Constituição da República de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal asseguram que:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário devem ser iguais ou superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- b) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é permitida, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- d) não cabe ao Poder Legislativo interferir, de qualquer forma, na fixação ou alteração do subsídio de membros do Poder Judiciário, garantida a revisão geral anual;
- e) não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento de isonomia.

**69.** O Presidente da República, após ser informado da existência de movimentos separatistas em determinada região do país, iniciou estudos sobre a conveniência de ser decretada a intervenção federal nos Estados envolvidos. Após ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, decretou a intervenção, sendo o respectivo decreto encaminhado para a apreciação do Congresso Nacional nas vinte e quatro horas seguintes.

À luz da sistemática constitucional, o proceder do Presidente da República está:

- a) errado, pois somente o Supremo Tribunal Federal poderia decretar a intervenção nas circunstâncias indicadas;
- b) certo, pois o Presidente da República tem competência para a medida e as providências adotadas foram corretas;
- c) errado, pois a intervenção deveria ser decretada pelo Congresso Nacional e não apenas homologada;
- d) certo, pois o procedimento adotado pelo Presidente da República, embora sem base constitucional, é justo;
- e) errado, pois o princípio da unicidade impedia que os referidos Conselhos se pronunciassem sobre o mesmo fato.

**70.** Após tomar conhecimento da prática de infração penal em determinado processo submetido à sua apreciação, o Juiz de Direito expediu ofício ao Promotor de Justiça com atribuição na respectiva Comarca e determinou que fosse ajuizada a ação penal no prazo legal.

À luz da sistemática constitucional, o referido Promotor de Justiça:

- a) não está vinculado à determinação do Juiz de Direito, que deveria ter sido dirigida ao Procurador-Geral de Justiça;
- b) está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio hierárquico;
- c) não está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio da independência funcional;
- d) está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio da territorialidade funcional;
- e) não está vinculado à determinação do Juiz de Direito em razão do princípio da oportunidade da ação penal.

**71.** Jean, nacional francês residente no território brasileiro, procurou um advogado e solicitou que fosse esclarecido que direitos a ordem jurídica brasileira lhe assegurava, mais especificamente se possuía direitos fundamentais e direitos políticos.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve afirmar que Jean:

- a) possui direitos políticos e fundamentais idênticos aos dos brasileiros naturalizados;
- b) não possui direitos políticos e fundamentais de qualquer natureza;
- c) possui direitos fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros, mas não direitos políticos;
- d) possui direitos fundamentais idênticos aos dos brasileiros, mas direitos políticos inferiores;
- e) possui direitos políticos e fundamentais em extensão inferior aos dos brasileiros.

**72.** João, Juiz de Direito, após participar de concurso de remoção, tornou-se titular na Comarca X. Lá chegando, constatou que a Comarca Y, vizinha à X, tinha melhor estrutura, contando com diversos hospitais e escolas de ótima qualidade, do que carecia a Comarca X. Em razão desse quadro, solicitou ao órgão competente do respectivo Tribunal de Justiça autorização para residir na Comarca Y.

À luz da sistemática constitucional, o requerimento de João:

- a) deve ser indeferido de plano, pois o juiz titular é obrigado a residir na respectiva comarca;
- b) pode vir a ser deferido pelo Tribunal de Justiça, que não está obrigado a tanto;
- c) não pode ser deferido, pois somente o Conselho Nacional de Justiça pode autorizar o juiz a residir em outra comarca;
- d) deve ser redirecionado ao Supremo Tribunal Federal, o qual, na condição de órgão de cúpula, apreciá-lo-á;
- e) deve ser indeferido de plano, pois o juiz titular pode residir onde melhor lhe aprouver, mesmo sem autorização.

**73.** Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre direito financeiro. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida em caráter concorrente com a União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Maria indica que:

- a) a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria;
- b) o Estado somente pode legislar sobre direito financeiro enquanto a União não o fizer;
- c) a União somente pode legislar sobre direito financeiro enquanto o Estado não o fizer;
- d) a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.

**74.** A Constituição da República de 1988 tem como regra geral a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos. Ocorre que o texto constitucional autoriza tal acumulação em casos excepcionais, quando houver compatibilidade de horários, como na hipótese de:

- a) dois cargos de nível técnico ou científico;
- b) dois cargos da área de educação;
- c) dois cargos da área jurídica;
- d) um cargo de magistrado estadual com um cargo de professor;
- e) um cargo de professor com outro de prestador de serviço público.

**75.** Pedro recebeu notificação da associação de moradores da localidade em que reside fixando o prazo de 15 (quinze) dias para que ele apresentasse os documentos

necessários à sua inscrição na referida associação. Ultrapassado esse prazo, Pedro, segundo a notificação, incorreria em multa diária e seria tacitamente inscrito.

À luz da sistemática constitucional, Pedro:

- a) está obrigado a atender à notificação, o que decorre do princípio fundamental da ideologia participativa;
- b) somente está obrigado a se associar caso a notificação seja judicial;
- c) pode ignorar a notificação, pois ninguém é obrigado a associar-se contra a sua vontade;
- d) está obrigado a atender à notificação, mas só precisa permanecer associado por um ano;
- e) está obrigado a atender à notificação enquanto o Poder Judiciário não o dispensar dessa obrigação.

**76.** O Governador do Estado Beta solicitou, ao Procurador-Geral de Justiça, que o respectivo Ministério Público Estadual passasse a prestar consultoria jurídica à Secretaria de Estado de Finanças, contribuindo, desse modo, para evitar a prática de ilícitos naquele setor.

À luz da sistemática constitucional, a solicitação do Chefe do Poder Executivo:

- a) pode ser atendida, desde que a consultoria seja prestada por tempo determinado;
- b) não pode ser atendida, pois ao Ministério Público é vedada a consultoria jurídica de entidades públicas;
- c) pode ser atendida, mesmo que a consultoria seja prestada por tempo indeterminado;
- d) não pode ser atendida, pois o Ministério Público somente poderia prestar consultoria ao Governador do Estado;
- e) pode ser atendida, desde que autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

**77.** O Tribunal de Justiça do Estado Beta encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o entendimento do Chefe do Poder Executivo está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo;
- b) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo;
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo;
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça;
- e) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.

**78.** Eraldo, que jamais deixara de votar em uma eleição, cumprindo fielmente os seus deveres cívicos, tomou conhecimento de que o Prefeito Municipal estava realizando diversos gastos de forma irregular, sem a prévia realização de processo licitatório e sem qualquer motivo idôneo à contratação direta.

[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

Com o objetivo de responsabilizar o Prefeito pelos danos causados ao patrimônio público, Eraldo procurou um advogado e solicitou que fosse informado da ação que poderia ajuizar.

À luz da sistemática constitucional, essa ação é:

- a) o mandado de segurança;
- b) a ação penal;
- c) o mandado de injunção;
- d) a ação popular;
- e) a reclamação constitucional.

**79.** João, pessoa idosa e que passava por sérias dificuldades financeiras, foi surpreendido por uma ação de despejo ajuizada pelo proprietário do imóvel em que residia, precisando de um profissional habilitado que pudesse representar os seus interesses em juízo.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, João deve ser atendido:

- a) pelo Ministério Público;
- b) pela Defensoria Pública;
- c) pela Câmara Municipal;
- d) pela Procuradoria do Município;
- e) pela Advocacia Pública.

**80.** A administração do Tribunal de Justiça foi informada de que Pedro, Juiz de Direito, que está no regular exercício da função há um ano, e Maria, servidora efetiva do Poder Judiciário há dois anos, teriam praticado infrações de extrema gravidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, a respeito da perda do cargo, que:

- a) Pedro e Maria somente poderiam perder seus cargos por decisão judicial em processo criminal;
- b) somente Maria poderia perder o cargo por decisão administrativa do órgão competente, não Pedro;
- c) somente Pedro poderia perder o cargo por decisão administrativa do órgão competente, não Maria;
- d) Pedro e Maria poderiam perder seus cargos por decisão administrativa do órgão competente;
- e) Pedro somente poderia perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Gabarito – Direito Constitucional									
01. C	02. E	03. B	04. C	05. B	06. A	07. C	08. E	09. E	10. D
11. B	12. B	13. D	14. D	15. E	16. B	17. E	18. A	19. E	20. B
21. B	22. D	23. C	24. C	25. B	26. A	27. A	28. A	29. C	30. C
31. A	32. E	33. D	34. A	35. A	36. E	37. B	38. E	39. E	40. C
41. A	42. B	43. B	44. D	45. B	46. C	47. A	48. C	49. D	50. B
51. B	52. E	53. C	54. E	55. E	56. B	57. A	58. C	59. C	60. C
61. A	62. B	63. C	64. E	65. D	66. E	67. B	68. E	69. B	70. C
71. C	72. B	73. D	74. D	75. C	76. B	77. A	78. D	79. B	80. D



## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**01.** Licitação pode ser conceituada como o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração Pública ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa, como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico estabelece como princípio específico da licitação o:

- a) da seleção da proposta mais célere para a Administração Pública;
- b) do tratamento diferenciado de natureza comercial e trabalhista entre empresas brasileiras e estrangeiras;
- c) da prioridade para sociedades anônimas;
- d) do julgamento subjetivo do certame;
- e) da vinculação ao instrumento convocatório.

**02.** Paulo Passarinho de Andrade, Secretário de Cultura do Município Alfabeta, é réu em ação de improbidade movida pelo Ministério Público. A ele é atribuída a doação de computadores antigos, embora funcionais, que pertencem ao patrimônio municipal, para uma escola particular de propriedade da esposa de um servidor de sua pasta.

O Secretário, em sua defesa, afirma não ter recebido qualquer quantia pela referida doação, que os computadores já haviam sido substituídos por outros mais modernos, que não houve dolo e que, inclusive, desconhecia o parentesco entre a proprietária da escola e o servidor municipal.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O Secretário incorreu na prática de ato de improbidade que causa prejuízo ao Erário, cuja caracterização independe da existência de dolo.
- b) A conduta atribuída ao Secretário configurou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração, sendo necessária a presença do dolo para sua caracterização.
- c) O Secretário, pela imputação do ato de improbidade descrito na ação proposta pelo Ministério Público, deverá ser afastado de suas funções até o trânsito em julgado da decisão.
- d) A conduta atribuída ao Secretário configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração, não sendo necessária a presença do dolo para sua caracterização.
- e) Caso o Secretário comprove todas as suas alegações, terá conseguido afastar a caracterização do ato de improbidade administrativa.

**03.** O Município Norte-Sul qualificou a associação "Mar Sem Fim", dedicada à proteção e preservação do meio ambiente e de ecossistemas marinhos, como Organização Social (OS). Considerando a referida qualificação,

- a) o Município Norte-Sul pode realizar contratação direta com a Organização Social, por inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços de limpeza e de restauro de uma lagoa, com vistas à preservação do meio ambiente.

- b) o Município Norte-Sul não pode realizar qualquer forma de contratação com a associação por ele qualificada como Organização Social, embora possa com ela celebrar um convênio.
- c) qualquer município localizado no mesmo estado em que está situado o Município Norte-Sul pode realizar contratação direta com a Organização Social, para a prestação de serviços relacionados à proteção e à preservação do meio ambiente.
- d) o Município Norte-Sul pode celebrar contrato com a associação por ele qualificada como Organização Social, mas sempre precedido de licitação.
- e) o Município Norte-Sul pode realizar contratação direta com a Organização Social, por dispensa de licitação, para a prestação de serviços de limpeza e de restauro de uma lagoa, com vistas à preservação do meio ambiente.

**04.** Prefeituras costumam descentralizar alguns de seus serviços e para isso são assinados contratos com prestadores de serviços.

Trata-se de uma característica dos contratos administrativos:

- a) presença de cláusulas exorbitantes;
- b) finalidade privada do cidadão;
- c) imutabilidade do conteúdo do contrato;
- d) obediência à forma prescrita no acordo coletivo do sindicato;
- e) inexigência de garantia, mas de palavra.

**05.** Sobre as ações e atos afetos à formalização e à alteração de contratos a ser firmado com a Administração, assinale a afirmativa correta.

- a) O edital de licitação não requer, obrigatoriamente, a minuta do contrato relativo ao certame.
- b) A formalização via contrato não é obrigatória nos casos de dispensas e de inexigibilidades, para quaisquer valores, podendo ser substituída por nota de empenho de despesa.
- c) O contrato deve conter o nome das partes e de seus representantes, o objeto licitado, o ato que autorizou sua lavratura, dentre outros itens, não havendo previsão legal que o dispense.
- d) O interessado vencedor da licitação não se manifestando após decurso do prazo fixado no edital, é facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes para eventual contratação.
- e) As garantias previstas no instrumento convocatório serão apresentadas pelo contratado até a formalização referente ao primeiro pagamento devido pela administração.

**06.** Com relação a um Contrato Administrativo, a autoridade administrativa competente

- a) não pode admitir privilégio e comparação com contratos privados, não comportando cláusula exorbitante ou prerrogativas à Administração.
- b) pode modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- c) pode executar sanções motivadas pela inexecução total do objeto do contrato, mas são vedadas sanções por eventuais inexecuções parciais.

- d) pode ocupar móvel ou imóvel vinculado ao objeto contratado sempre que houver a possibilidade de dano ao erário por parte do contratado.
- e) não pode rescindir o contrato unilateralmente sem a devida previsão em expressa cláusula do mesmo.

**07.** Maria, consultora legislativa da Assembleia Legislativa de Rondônia, foi designada para secretariar, administrativamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

No curso da CPI, Maria revelou fato constante no processo administrativo de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo.

Em tese, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, Maria

- a) não praticou ato de improbidade administrativa, mas está sujeita à sanção por falta funcional, após regular processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve dano ao erário, que é imprescindível para configuração do ato ímprobo, cuja consequência, dentre outras, é a sanção de ressarcimento ao erário.
- c) praticou ato de improbidade administrativa, desde que comprovado que auferiu vantagem patrimonial indevida e está sujeita, dentre outras sanções, à perda da função pública.
- d) praticou ato de improbidade administrativa, independentemente de comprovação de dano ao erário e está sujeita, dentre outras sanções, à cassação dos direitos políticos.
- e) praticou ato de improbidade administrativa, independentemente de comprovação de dano ao erário ou de que tenha auferido vantagem patrimonial indevida, e está sujeita, dentre outras sanções, à multa civil.

**08.** A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia pretende contratar sociedade empresária de notória especialização para prestar serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular. A contratação tem o objetivo de manter os servidores do legislativo atualizados e qualificados, atendendo ao princípio da eficiência, e o valor do contrato é de duzentos mil reais.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação é

- a) dispensável, diante da inviabilidade de competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- b) dispensada, diante da discricionariedade da competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- c) inexigível, diante da inviabilidade de competição, devendo o valor estar compatível com o preço de mercado.
- d) imprescindível e deve ser adotada a modalidade convite, diante do valor do contrato.
- e) imprescindível e deve ser adotada a modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato.

**09.** Joaquim é servidor público ocupante de cargo efetivo de Consultor na Assembleia Legislativa de Rondônia. Por ter praticado ato tipificado em seu regime jurídico funcional como falta disciplinar, Joaquim respondeu a processo administrativo disciplinar, que culminou com sua demissão.

Inconformado, Joaquim aforou ação judicial pleiteando a reforma do ato administrativo, de maneira que a demissão seja substituída por pena disciplinar menos severa, tendo por único argumento a ofensa ao princípio da proporcionalidade do ato sancionatório.

No caso em tela, de acordo com a reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em tese,

- a) é viável a revisão de penalidade imposta em PAD, uma vez que o ato punitivo disciplinar é discricionário e o controle jurisdicional é restrito e se limita a aspectos formais.
- b) é viável a revisão de penalidade imposta em PAD, uma vez que não há discricionariedade no ato disciplinar e o controle jurisdicional é amplo e não se limita a aspectos formais.
- c) não é viável a revisão de penalidade imposta em PAD pelo Poder Judiciário, em razão do princípio da separação dos poderes, que são independentes e harmônicos entre si.
- d) não é viável a revisão da legalidade de penalidade imposta em PAD pelo Poder Judiciário, pois se trata de ato administrativo vinculado.
- e) não é viável a revisão da legalidade e do mérito de penalidade imposta em PAD pelo Poder Judiciário, pois se trata de ato administrativo discricionário.

**10.** João e Maria, ambos servidores ocupantes de cargo efetivo da Assembleia Legislativa, são casados.

Em razão da função pública exercida, João recebeu requerimento que inaugura processo administrativo em que é interessada terceira pessoa, que arrolou desde logo como sua testemunha Maria.

Ao receber tal documento, à luz da Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo, João deverá

- a) dar regular prosseguimento ao processo administrativo, eis que não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição, que são exclusivas dos processos judiciais.
- b) dar regular prosseguimento ao processo administrativo, eis que não se aplicam as hipóteses de impedimento e suspeição, pois Maria também é servidora pública efetiva.
- c) comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no feito, em razão de seu impedimento, sob pena de cometer falta grave disciplinar.
- d) comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar no feito, em razão de sua suspeição, sob pena de cometer falta grave disciplinar.
- e) delegar imediatamente sua competência para conduzir o feito em favor de autoridade hierarquicamente superior, sob pena de nulidade do feito e falta disciplinar leve.

**11.** João, servidor público ocupante do cargo efetivo de Analista da Assembleia Legislativa de Rondônia, no exercício da função, praticou dois atos administrativos: no primeiro, elaborou um parecer com opinião na qualidade de órgão consultivo sobre assunto técnico de sua competência; no segundo, redigiu um memorando contendo comunicação interna entre agentes de um mesmo órgão, com solicitação de informações para melhor executar a atividade pública.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atos administrativos praticados por João são, respectivamente,

- a) discricionário e requisitório.

- b) enunciativo e ordinatório.
- c) vinculado e precário.
- d) executório e constitutivo.
- e) normativo e declaratório.

**12.** Determinado gestor público, no exercício de suas funções, não obstante provocado pelo Ministério Público, deixou de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, em tese, o agente público

- a) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal, mas está incurso em crime de responsabilidade.
- b) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de dano ao erário, mas está sujeito à punição na esfera disciplinar.
- c) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de repercussão criminal da conduta, mas está sujeito à multa administrativa.
- d) cometeu ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- e) cometeu ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras, à pena privativa de liberdade e pagamento de multa de até vinte salários mínimos.

**13.** O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia resolveu, em 01 de agosto de 2018, contratar uma empresa para realizar uma pequena obra de engenharia no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Considerando o previsto na Lei nº 8.666/93 e em suas atualizações, a contratação supracitada deverá ser feita

- a) obrigatoriamente, por meio de licitação prévia, na modalidade carta-convite.
- b) obrigatoriamente, por meio de licitação prévia, na modalidade pregão-eletrônico.
- c) obrigatoriamente, por meio de licitação prévia, na modalidade concorrência.
- d) por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- e) por meio de dispensa de licitação, ou por licitação prévia nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência.

**14.** Pela Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Ela deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Administração Pública.

O princípio que busca o descerramento oficial do ato administrativo para o conhecimento público, para a validade universal perante as partes e a terceiros e que, uma vez não atendido, deixa de produzir efeitos regulares, deixando o ato sujeito à invalidação, é o da

- a) legalidade.
- b) moralidade.
- c) publicidade.

- d) finalidade.
- e) improbidade.

**15.** Para adquirir equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, ficando caracterizada a inexistência de viabilidade jurídica de competição, a Administração Pública deve preferencialmente optar pelo processo de

- a) carta convite.
- b) concorrência.
- c) tomada de preços.
- d) inexigibilidade de licitação.
- e) dispensa de licitação.

**16.** A deputada estadual Maria, à época Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício dessa função, firmou contratação direta com determinada sociedade empresária, mediante dispensa de licitação fora das hipóteses legais.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em tese, Maria praticou

- a) ato de improbidade administrativa, desde que haja a comprovação imprescindível de seu dolo (específico) ou máfé, e que tenha ocorrido efetivo prejuízo aos cofres públicos.
- b) ato de improbidade administrativa, desde que haja a comprovação imprescindível de seu dolo (que pode ser genérico), e que tenha ocorrido efetivo prejuízo aos cofres públicos.
- c) ato de improbidade administrativa, desde que haja a comprovação imprescindível de que a agente auferiu vantagem patrimonial indevida em razão da contratação ilícita ou de que houve dano ao erário.
- d) ato de improbidade administrativa, que gerou lesão ao erário (dano *in re ipsa*), na medida em que o poder público perdeu a oportunidade de contratar melhor proposta.
- e) ato de improbidade administrativa, cujas sanções são, dentre outras, a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, a cassação dos direitos políticos e multa civil de até duas vezes o dano ao erário.

**17.** O Presidente de uma Assembleia Legislativa, por estar sobrecarregado de trabalho, delegou para o 1º Vice Presidente, com a concordância deste, competência para decidir de recurso hierárquico interposto contra decisão de Presidente de Comissão, em questão de ordem por este resolvida.

O mencionado ato administrativo de delegação é

- a) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder regulamentar, na medida em que editou norma geral e abstrata.
- b) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder hierárquico, delegando competência de ato devidamente especificado para inferior hierárquico.
- c) lícito, eis que o Presidente da Assembleia agiu no regular exercício de seu poder disciplinar, pois possui prerrogativa para regulamentar o exercício de suas próprias atribuições.
- d) nulo, eis que causará vício de competência, por excesso de poder para o 1º Vice Presidente, pois a decisão de recurso hierárquico é indelegável.

e) nulo, eis que causará vício de hierarquia, pois o ato apenas poderia ser delegado para autoridade hierarquicamente superior ao agente delegante.

**18.** Fernando, ocupante do cargo efetivo de advogado da Assembleia Legislativa de Rondônia, exarou parecer jurídico que, aprovado, embasou ato administrativo final praticado pelo Presidente da Casa Legislativa, que causou dano a terceiro.

Em seguida, o Poder Judiciário declarou a nulidade do ato administrativo final praticado, por não concordar com a tese jurídica que o motivou e reconheceu o dolo do agente que produziu o ato administrativo final.

No caso em tela, com base nos ensinamentos doutrinário e jurisprudencial sobre advocacia pública consultiva, em regra, Fernando

a) deve ser responsabilizado solidariamente com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do advogado público.

b) deve ser responsabilizado solidariamente com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, desde que comprovada a existência de dano ao erário, independentemente da análise do elemento subjetivo.

c) deve ser responsabilizado solidariamente com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, desde que comprovada a existência de dano ao erário e a culpa ou dolo do advogado público.

d) não deve ser considerado solidariamente responsável com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, em qualquer hipótese, pois agiu com independência funcional, observada a inviolabilidade por seus atos no exercício da função pública.

e) não deve ser considerado solidariamente responsável com o agente que produziu o ato administrativo final, decidindo pela aprovação do parecer, exceto se comprovado que o advogado público agiu com dolo ou erro grosseiro injustificável.

**19.** Um guarda municipal, durante ronda em um mercado popular municipal, identifica inúmeras mercadorias falsificadas, realizando prontamente uma apreensão.

De acordo com o entendimento da doutrina administrativa, assinale a afirmativa correta.

a) O ato do guarda, na situação, está amparado pelo atributo da autoexecutoriedade.

b) Desde que tenha autorização judicial, a ação do guarda estará correta.

c) A atitude do guarda representa um abuso de poder.

d) A conduta do guarda deve ser invalidada, devido ao vício de objeto.

e) Em nenhuma hipótese a ação do guarda é permitida, visto que viola o direito social do trabalho.

**20.** Caio, agente de polícia, recebeu ordens para escoltar determinado preso, que iria prestar depoimento no Tribunal. Sabe-se que a escolta de preso é função própria e exclusiva de agente penitenciário. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Caio deve obedecer à ordem recebida em função do princípio da hierarquia.

b) Caio não pode desobedecer à ordem, ante a presunção de legalidade.

c) Caio não deve obedecer à ordem, em decorrência de sua manifesta ilegalidade.

- d) Caio deve obedecer à ordem, já que não terá responsabilidade no caso de lesão a interesse público.
- e) Caio só obedecerá à ordem se houver justificativa para que esta tenha sido emitida.

**21.** O Estado Alfa ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face de Pedro, dirigente de uma organização social (OS) que celebrara contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Saúde, visando à administração de duas unidades hospitalares.

Após a finalização do contrato de gestão constatou-se que parte dos recursos foi entregue, por Pedro, a familiares que se encontravam em dificuldade financeira, os quais achavam que os recursos tinham origem na remuneração de Pedro.

Sobre o caso apresentado, considerando a disciplina estabelecida pela Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) Pedro e seus familiares não podem ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, pois a OS não integra a Administração Pública.
- b) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público.
- c) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- d) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público, não seus familiares.
- e) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, não seus familiares.

**22.** João estudante de direito, após concluir suas pesquisas sobre licitação dispensada, dispensável e inexigível, concluiu que:

- I. nas situações de licitação dispensada, a lei expressamente afasta a realização da licitação, ainda que a competição seja possível;
- II. na licitação dispensável, a competição é possível, mas a lei permite que o administrador, apenas em razão do baixo valor da contratação, deixe de realizá-la; e
- III. na licitação inexigível, apesar de a competição ser possível, a licitação será muito onerosa para o Poder Público.

Sobre as conclusões de João, à luz da sistemática estabelecida na ordem jurídica, em especial na Lei nº 8.666/93, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I, somente.
- e) III, somente.

**23.** Paulo da Silva, servidor público, casado com 3 filhos menores, tem vencimentos da ordem de R\$ 10.000,00. Após 4 anos de sua posse, ele tem um invejável patrimônio: um apartamento com vista para o mar e carro importado, bem como casa de praia e lancha. Nesse caso,



- a) há presunção absoluta da prática de ato de improbidade administrativa, não sendo necessário provar a prática de fato ilícito antecedente.
- b) é necessário comprovar o fato antecedente, tal como corrupção passiva, para se concluir pela improbidade administrativa.
- c) há presunção relativa de ato de improbidade administrativa, que pode ser elidida pela comprovação da origem legítima dos bens.
- d) é indispensável provar o fato ilícito antecedente, sob pena de se permitir a prática de arbitrariedades no serviço público.
- e) o aumento significativo do patrimônio de um funcionário público, que excede sua renda declarada, é fato ilícito penal e administrativo.

**24.** Uma Autarquia de determinado Município tem necessidade de adquirir um bem ou serviço de natureza similar a outros bens e serviços já licitados no mesmo ano, mas que ao tempo da anterior licitação não pode ter sua necessidade prevista, decorrendo essa de eventualidade posterior, de caráter imprevisível.

O valor estimado do bem ou serviço é inferior ao apontado no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou seja, permitiria dispensa de licitação, e não há previsão para aquisição de outros bens e serviços de natureza similar que possam ser considerados em conjunto. Entretanto, a autarquia já adquiriu, neste mesmo ano, bens e serviços análogos, com dispensa de licitação, com base no mesmo Art. 24, num montante exatamente igual ao valor limite indicado.

*(Art. 24 - É dispensável a licitação... II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.) (Redação dada pela Lei nº 9.648/98.)*

Nesse caso, para a efetivação dessa compra,

- a) há desnecessidade de licitação, uma vez que o valor previsto no Art. 24, inciso II, não será atingido pela aquisição que se está procedendo.
- b) há desnecessidade de licitação, pois a aquisição não se refere a parcela de compra ou prestação de serviço de maior vulto.
- c) o limite de valor para bens ou serviços similares só pode ser utilizado para fins de dispensa uma vez em cada exercício, em qualquer hipótese.
- d) o fracionamento da aquisição a ser feita é inviável, decorrente de incorreto planejamento das despesas, sendo de rigor a licitação.
- e) é possível a dispensa de licitação, ante o caráter imprevisível da aquisição, não sendo consideradas as anteriores aquisições para fins do limite de valor imposto na lei.

**25.** A sociedade empresária José Barão de Andrade Engenharia Ltda., contratada pelo Município de Torre Alta para a construção de um posto de saúde, já está atrasada mais de um ano em relação ao cronograma pactuado, a despeito das inúmeras notificações que recebeu.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A situação descrita configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, por ato unilateral e escrito da Administração, além de permitir a execução da garantia contratual, para ressarcimento dos danos causados.
- b) O atraso da construtora não configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, mas autoriza a execução de garantia contratual e a retenção de créditos decorrentes do contrato, até a regularização do cronograma.
- c) O atraso da sociedade empresária contratada autoriza a rescisão do contrato, mas tal medida somente poderia ser tomada após a aplicação, sucessivamente, de advertência e multa, o que não ocorreu.
- d) A situação descrita configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, mas, em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tal medida deve ser decretada judicialmente.
- e) O atraso da construtora não configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, mas autoriza a aplicação de multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

**26.** A licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, destina-se a garantir a observância do seguinte princípio constitucional:

- a) legalidade.
- b) simetria.
- c) anualidade.
- d) isonomia.
- e) clareza.

**27.** O Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende contratar sociedade empresária para executar serviços de engenharia, consistentes na reforma do fórum da Capital. O valor estimado da contratação, verificado mediante estudos prévios, é de oitocentos mil reais.

Na hipótese em tela, a contratação pretendida:

- a) pode ser feita mediante dispensa de licitação, por se tratar de prédio do Poder Judiciário;
- b) pode ser feita mediante dispensa de licitação, em razão do valor do contrato;
- c) deve ser feita mediante inexigibilidade de licitação, em razão do valor do contrato;
- d) deve ser feita mediante licitação na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato;
- e) pode ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato.

**28.** Em situações pontuais e emergenciais, justificadas pelo interesse público, em que a aplicação de meios indiretos de coerção não seja suficiente, o poder público pode pôr em prática imediatamente o ato administrativo.

Tal providência decorre do atributo ou característica desse ato administrativo, qual seja:

- a) imperatividade, mediante prévia decisão judicial, para observância do devido processo legal;
- b) coercibilidade, mediante prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

- c) autoexecutoriedade, sem prévia decisão judicial, mas com contraditório diferido;
- d) exigibilidade, mediante prévia decisão judicial, para observância da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- e) tipicidade, sem prévia decisão judicial, mas com indispensável prévio processo administrativo.

**29.** Governador do Estado de Santa Catarina editou um decreto estabelecendo feriados e pontos facultativos no ano de 2018, para órgãos e entidades da Administração Direta, autarquias e fundações do Executivo catarinense.

Em tema de poderes administrativos, o ato praticado pelo Governador está formalmente:

- a) correto, e consiste em ato administrativo que decorre do poder regulamentar;
- b) correto, e consiste em ato administrativo que decorre do poder disciplinar;
- c) incorreto, porque se trata de ato administrativo simples e a matéria deveria ser objeto de ato legislativo;
- d) incorreto, porque se trata de ato administrativo composto que exige a participação dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- e) incorreto, porque se trata de ato administrativo complexo que exige a participação do Poder Legislativo.

**30.** Poder de Polícia pode ser conceituado como atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público, para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas.

Nesse contexto, de acordo com modernas doutrina e jurisprudência, o poder de polícia é:

- a) delegável na fase de fiscalização de polícia, pois está ligado ao poder de gestão do Estado;
- b) delegável na fase de sanção de polícia, pois está ligado ao poder de império do Estado;
- c) delegável em qualquer fase, pois decorre do poder hierárquico do Estado;
- d) indelegável em qualquer fase, pois decorre da autoexecutoriedade administrativa;
- e) indelegável em qualquer fase, pois decorre da discricionariedade administrativa.

**31.** De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para configuração dos atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11, da Lei nº 8.429/92), é necessária a demonstração do:

- a) dano ao erário, o qual deverá ser objeto de ressarcimento aos cofres públicos;
- b) enriquecimento sem causa, o qual deverá ser objeto de multa civil;
- c) dolo, o qual não precisa ser específico, sendo suficiente o dolo genérico;
- d) dolo ou da culpa, os quais precisam ser específicos para comprovação do elemento subjetivo;
- e) prejuízo ao erário, o qual deverá ser objeto de multa civil ou perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

**32.** João, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, se aposentou. Três meses depois, foi informado que o Tribunal de Contas Estadual não aprovou o ato administrativo de sua aposentadoria, eis que faltam dois meses para completar o tempo de contribuição necessário.

A interferência da Corte de Contas, no caso em tela, em tese, é:

- a) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é simples, e o Tribunal de Contas não tem competência para interferir em ato administrativo do Poder Judiciário;
- b) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é composto, sendo formado pela manifestação do Diretor de Recursos Humanos e Presidente do TJSC, sem controle pelo Tribunal de Contas;
- c) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é composto, e a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria do Tribunal de Contas impescinde do contraditório e da ampla defesa;
- d) legítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é simples e deve ser praticado somente pelo agente público competente para tal, qual seja, o Presidente do Tribunal de Contas;
- e) legítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é complexo, e a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria do Tribunal de Contas prescinde do contraditório e da ampla defesa.

**33.** Pode ser dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até:

- a) 10% do limite previsto para concorrência;
- b) 10% do limite previsto para convite;
- c) 10% do limite previsto para tomada de preço;
- d) 15% do limite previsto para concorrência;
- e) 15% do limite previsto para convite.

**34.** Quanto ao contrato administrativo, é correto afirmar que:

- a) tem obrigatoriamente em uma das partes a presença da Administração Pública;
- b) em nenhuma situação levam-se em conta as características pessoais do contratado;
- c) na execução do contrato, não poderá subcontratar partes da obra ou serviços;
- d) suas regras são semelhantes aos dos contratos particulares, em que o regramento específico é dispensado;
- e) estabelece discussão das cláusulas contratuais junto aos contratados.

**35.** O Ministério Público ofereceu representação por prática de infração administrativa em face de sociedade empresária que deixou de observar o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 258, do ECA) no que diz respeito ao acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão e a sua participação no espetáculo. A materialidade e autoria do ilícito restaram demonstradas por meio de relatório de fiscalização e depoimento, ambos do Oficial da Infância e da Juventude presente no espetáculo, que comprovam a prática da infração.

O ato administrativo consistente no citado relatório subscrito pelo oficial goza do atributo da:

- a) imperatividade, razão pela qual a multa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser imediatamente aplicada após a emissão do relatório;
- b) autoexecutoriedade, que exige a prévia decisão judicial para a prática de todos os atos administrativos que decorrem do poder de polícia administrativo;
- c) exigibilidade, segundo o qual o Poder Judiciário, por ato de seu Oficial, pode exigir imediatamente o pagamento da multa prevista no ECA;
- d) tipicidade, que autoriza que qualquer ato contrário aos bons costumes constatado pelo Oficial pode ser objeto de infração administrativa, independentemente de previsão legal;
- e) presunção relativa de veracidade, prerrogativa presente em todos os atos administrativos que, contudo, admite prova em contrário pelo particular interessado.

**36.** De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o processo administrativo é regido por postulados gerais inerentes à atuação do Estado, como o princípio:

- a) da inércia, segundo o qual a Administração Pública deve ser provocada pelo particular interessado ou pelo Ministério Público para poder instaurar o processo administrativo;
- b) do devido processo legal, segundo o qual o processo administrativo é inquisitorial, e o contraditório e a ampla defesa somente são assegurados no processo judicial;
- c) da verdade formal, segundo o qual o processo administrativo admite apenas as provas produzidas unilateralmente pela Administração Pública;
- d) da onerosidade, segundo o qual o particular sucumbente deverá arcar com as custas, emolumentos e ônus sucumbenciais no processo administrativo;
- e) da instrumentalidade das formas, segundo o qual o vício de forma é sanável quando não gerar prejuízo, desde que mantido o interesse público.

**37.** Maria, Oficial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em diligência fiscalizatória, constatou que Márcia, dona de um bar, vendeu bebida alcoólica para uma criança. Para deixar de adotar as providências legais cabíveis, Maria recebeu, para si, cinco mil reais em espécie, a título de presente de Márcia. No caso em tela, sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais e administrativas, em razão do ilícito praticado:

- a) Maria deve ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, mas Márcia não pode sê-lo, eis que não é servidora pública;
- b) Maria e Márcia não podem ser responsabilizadas por ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo ao erário;
- c) Maria deve ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, na qualidade de agente público, ocorrendo o mesmo com Márcia, na qualidade de particular que concorreu e se beneficiou do ato;
- d) Maria e Márcia não podem ser responsabilizadas por ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade, mas devem responder na esfera penal, sendo que Maria deve ser demitida após processo administrativo disciplinar;
- e) Márcia deve responder por infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, e somente Maria deve ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, por ser servidora pública.

**38.** Após o processo de licitação por concorrência ou tomada de preços, a administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos.

O licitante interessado fica liberado dos compromissos assumidos, se a convocação para contratação ocorrer, após a data de entrega das propostas, em um prazo superior a:

- a) 30 dias;
- b) 45 dias;
- c) 60 dias;
- d) 75 dias;
- e) 90 dias.

**39.** Em relação à execução de obras públicas de engenharia, a Lei nº 8.666/93 estabelece que é proibido o retardamento imotivado da execução de obra, ou de suas parcelas:

- a) se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica;
- b) caso esteja prevista na lei orçamentária anual e no plano plurianual, independentemente de motivos de ordem técnica;
- c) caso haja programa de governo com previsão orçamentária para sua execução total, independentemente de motivos de ordem técnica;
- d) em qualquer hipótese, sob pena de o Tribunal de Contas competente para analisar o contrato suspender os pagamentos ao contratado;
- e) em qualquer hipótese, em respeito aos princípios da economicidade da contratação e da continuidade das obras públicas.

**40.** Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões.

São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público municipal competente:

- a) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público municipal;
- b) emite ato administrativo de demissão de servidor público municipal, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- c) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária municipal em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;
- d) delega para autoridade municipal hierarquicamente inferior a prática de certo ato administrativo; e aplica pena disciplinar a servidor público municipal, observado o devido processo legal;
- e) edita emenda à lei orgânica municipal com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

**41.** Presidente do Tribunal de Justiça determinou de ofício a remoção de Maria, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico Judiciário, da Vara Criminal da Capital, para Vara Cível de comarca do interior do Estado. O ato foi motivado em recente estudo sobre o volume de trabalho em todos os órgãos judiciais, que demonstrou sobrecarga

de trabalho na citada Vara Cível. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando que possui um filho de 8 anos matriculado em escola da capital.

O pleito de Maria:

- a) merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado e prescinde de prévia concordância do servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- b) merece prosperar, pois a remoção, apesar de ser ato administrativo discricionário, não pode causar prejuízos ao servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- c) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo discricionário, cujo mérito e legalidade não podem ser objeto de intervenção do Poder Judiciário;
- d) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo discricionário, e foi devidamente demonstrado o interesse público, não havendo violação à legalidade;
- e) não merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado, cujo mérito pode ser objeto de análise pelo Poder Judiciário.

**42.** João, Policial Civil, no exercício da função, recebeu vantagem econômica, que consiste em mesada no valor mensal de cinco mil reais, para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar na área circunscricional da Delegacia de Polícia onde está lotado.

Assim agindo, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, João:

- a) não praticou ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo aos cofres públicos, circunstância imprescindível para configuração do ato ímprobo;
- b) não praticou ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal estrita, mas está incurso em penalidade disciplinar;
- c) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, à cassação dos direitos políticos, ao ressarcimento ao erário e à perda da função pública;
- d) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e da função pública;
- e) praticou ato de improbidade administrativa, e está sujeito, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até dez vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

**43.** O Tribunal de Justiça de Santa Catarina pretende alugar o imóvel vizinho ao fórum de determinada comarca do interior, que será destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. O valor total do contrato é de duzentos e quarenta mil reais, em doze parcelas mensais e sucessivas de vinte mil reais.

A contratação em tela:

- a) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, na modalidade tomada de preços, em razão do valor global do contrato;
- b) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, na modalidade concorrência, em razão do valor global do contrato;
- c) deverá necessariamente ser feita mediante licitação, em qualquer modalidade compatível com o valor global do contrato;
- d) poderá ser feita mediante dispensa de licitação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

e) poderá ser feita mediante inexigibilidade de licitação, desde que o preço esteja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

**44.** Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado de Santa Catarina serão punidos na forma da Lei nº 8.429/92, que se aplica em todos os níveis da federação.

Nesse contexto, o ato de improbidade administrativa tem natureza de ilícito:

- a) criminal, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo criminal;
- b) administrativo, passível de sanções como a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, que são aplicadas mediante regular processo administrativo;
- c) disciplinar, passível de sanções como a perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público, que são aplicadas mediante regular processo administrativo;
- d) cível, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo cível;
- e) político, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, que são aplicadas pela respectiva casa legislativa.

**45.** De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e os ditames da Lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo, a competência para prática dos atos administrativos deve ser definida em lei ou em ato administrativo geral e tem as seguintes características gerais:

- a) indelegabilidade, irrenunciabilidade e prorrogabilidade;
- b) renunciabilidade, delegabilidade e prescritibilidade;
- c) imprescritibilidade, irrenunciabilidade e improrrogabilidade;
- d) avocabilidade, indelegabilidade e prescritibilidade;
- e) irrenunciabilidade, avocabilidade e prescritibilidade.

**46.** Alexandre, Analista Administrativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no exercício da função, recebeu vantagem econômica direta, consistente na quantia de trinta mil reais, para fazer declaração falsa sobre quantidade, qualidade e característica de mercadorias e bens fornecidos por sociedade empresária contratada por aquele Tribunal.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, Alexandre praticou:

- a) ato ilícito disciplinar e está sujeito à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar, mas não praticou ato de improbidade administrativa por falta de dano ao erário;
- b) ato ilícito civil e está sujeito à indenização com ressarcimento ao erário, após processo judicial, mas não praticou ato de improbidade administrativa por falta de tipicidade;
- c) ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à cassação de seus direitos políticos;
- d) ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública, e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à prisão preventiva ou domiciliar, e à perda da função pública;



e) ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito, e por isso está sujeito, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

**47.** O órgão competente do Município Delta, no exercício de suas atividades regulares, constatou que a Distribuidora de Alimentos Kapa não estava acondicionando os alimentos que distribuía com estrita observância da disciplina estabelecida em regulamento do Chefe do Poder Executivo, o qual fora editado em harmonia com a lei de regência. Como os alimentos estavam expostos às intempéries do tempo, foram inutilizados, apesar da resistência do sócio-gerente da Distribuidora, sendo aplicada a multa prevista em lei.

Considerando a narrativa acima, assinale a opção que indica a natureza e as características de todos os atos praticados, bem como a espécie do poder desempenhado.

- a) Poder de polícia, com a prática de atos preventivos e repressivos, normativos e concretos, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- b) Poder disciplinar, com a prática de atos preventivos, de ordenação, de caráter concreto e de natureza vinculada, tendo a característica da coercibilidade.
- c) Poder de polícia, com a prática de atos repressivos, normativos e gerais, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- d) Poder disciplinar, com a prática de atos repressivos, normativos e concretos, tendo as características da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- e) Poder de polícia, com a prática de atos preventivos e repressivos, concretos e discricionários, tendo a característica da autoexecutoriedade.

**48.** O Município Beta celebrou contrato administrativo de trato sucessivo com a sociedade empresária Ômega, tendo previsto, na cláusula 22.3, que, na periodicidade indicada, o preço pactuado seria acrescido de percentual equivalente à inflação acumulada no período, tomando-se por base o índice oficial indicado.

Considerando à sistemática legal vigente, a cláusula 22.3 é

- a) ilegal, por afrontar o risco comercial da alçada da contratada.
- b) necessária, dispondo sobre critério de reajuste.
- c) facultativa, dispondo sobre critério de reajuste.
- d) necessária, dispondo sobre critério de revisão.
- e) facultativa, dispondo sobre critério de revisão.

**49.** Ernesto, titular de cargo de provimento efetivo, é vigia de uma repartição pública municipal. Sensibilizado com a penúria financeira de Antônio, seu amigo de infância, deixou a repartição aberta para que este último, durante a noite, pudesse subtrair dois computadores do local. Antônio realizou a subtração e, apesar de sua insistência, Ernesto se recusou a ficar com um dos computadores subtraídos.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, enquanto Ernesto incorreu na afronta aos princípios administrativos.

- b) Antônio praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, não sendo Ernesto passível de punição.
- c) Ernesto praticou o ato de improbidade que importa em lesão ao erário, enquanto Antônio incorreu em enriquecimento ilícito.
- d) Ernesto e Antônio praticaram ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- e) Ernesto e Antônio praticaram ato de improbidade que importa em lesão ao erário.

**50.** Os contratos administrativos se diferenciam dos contratos de direito privado por propiciarem alguns tipos de prerrogativas para o poder público.

Essas prerrogativas são chamadas de

- a) tratados desiguais.
- b) acordos Impróprios.
- c) fato do príncipe.
- d) onerosidade exclusiva.
- e) cláusulas exorbitantes.

**51.** O Estado de Alagoas decide promover uma celebração em função do dia de São João e realizar um *show* de forró com cantores consagrados no Estado.

Conforme os termos da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), essa contratação será realizada por

- a) inexigibilidade de licitação, em razão da impossibilidade de comparação dos preços com outros artistas, devido à sua especificidade.
- b) dispensa de licitação, devido ao caráter de interesse público do evento.
- c) carta-convite, em forma de homenagem aos serviços prestados pelos artistas.
- d) concorrência, em virtude da necessidade de ampla divulgação da festa, representativa de tradições regionais.
- e) tomada de preços, em função da obrigação de uso do tipo técnica e preço para o serviço.

**52.** O Subsecretário de Estado de Administração, no regular exercício de suas competências, decidiu instaurar processo administrativo para aquisição de produtos de limpeza, o que veio a determinar aos seus subordinados de modo expresso.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Secretário de Estado de Administração decidiu revogar a decisão tomada, por vê-la como contrária ao interesse público.

Sobre o prisma dos poderes administrativos, o ato praticado pelo Secretário de Estado é emanção do poder

- a) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois o Secretário deveria suspender o ato praticado pelo Subsecretário, cabendo a revogação ao Prefeito.
- b) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- c) disciplinar, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- d) disciplinar, que foi usado de modo regular, pois autoriza a anulação e a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.

[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

e) hierárquico, que foi usado de modo regular, pois autoriza tanto a anulação como a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.

**53.** Um dos atributos do ato administrativo decorre da possibilidade de a lei prever que alcancem a realidade por iniciativa direta da Administração Pública, sem a necessidade de atuação do Poder Judiciário.

Esse atributo é denominado de

- a) presunção de legitimidade.
- b) presunção de veracidade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) imperatividade.
- e) tipicidade.

**54.** Determinada norma jurídica dispôs sobre a prática de ato administrativo, sob a forma de decreto, e permitiu, ao agente competente, que escolhesse a melhor solução considerando as peculiaridades do caso concreto.

O ato que venha a ser praticado, em razão da liberdade na valoração dos motivos e na escolha do objeto, será considerado um ato

- a) discricionário.
- b) vinculado.
- c) imperativo.
- d) mitigado.
- e) difuso.

**55.** A assessoria jurídica, ao ser instada a emitir parecer sobre a juridicidade de determinada minuta de contrato administrativo, afirmou:

- (I) o ajuste acarreta obrigações para ambas as partes;
- (II) há uma equivalência entre essas obrigações, sendo ambas previamente conhecidas.

Assinale a opção que indica as características dos contratos administrativos apresentadas acima.

- a) bilateralidade / comutatividade.
- b) confiança recíproca / equilíbrio contratual.
- c) autovinculação / equivalência volitiva.
- d) comutatividade / formalismo dual.
- e) voluntariedade / bilateralidade.

**56.** Um Prefeito Municipal solicitou à sua assessoria que esclarecesse se era possível a contratação direta de determinado serviço ou se deveria ser realizada licitação para a seleção da melhor proposta. A assessoria, em resposta, afirmou que, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação seria dispensável.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.666/93, a licitação seria dispensável

- a) se, uma vez publicado o edital, nenhum interessado solicitar sua realização.

- b) apenas porque os contratos têm valor inferior ao limite legal.
- c) embora exista a possibilidade de competição, a lei afastou sua necessidade.
- d) em razão da impossibilidade de competição.
- e) se for dispensada pelo Tribunal de Contas.

**57.** O Ministério Público recebeu informações de que determinado agente público teve evolução patrimonial incompatível com a sua renda.

Considerando a tipologia dos atos de improbidade administrativa, prevista nos artigos 9º, 10, 10-A e 11 da Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que essa conduta pode ser enquadrada como

- a) violação aos princípios regentes da atividade estatal.
- b) dano ao patrimônio público.
- c) excessiva exação tributária.
- d) enriquecimento ilícito.
- e) infração disciplinar.

**58.** Com o objetivo de aumentar a segurança jurídica dos administrados, determinada entidade administrativa elaborou um formulário padronizado para determinados assuntos, que importem em pretensão equivalente.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que o referido formulário foi elaborado por unidade

- a) da administração fundacional, com personalidade jurídica de direito privado.
- b) integrante do terceiro setor, mas que se relaciona com o poder público.
- c) da administração direta, destituída de personalidade jurídica.
- d) da administração indireta, destituída de personalidade jurídica.
- e) da administração direta ou indireta, dotada de personalidade jurídica.

**59.** Um contrato administrativo se diferencia de um contrato de direito privado por propiciar alguns tipos de prerrogativas para o poder público.

Assinale a opção que indica como essas prerrogativas são chamadas.

- a) Cláusulas exorbitantes.
- b) Tratados desiguais
- c) Acordos Impróprios.
- d) Fato do príncipe.
- e) Onerosidade pública.

**60.** João, servidor público estadual e que permanecia com as chaves da repartição em que trabalhava, permitiu que André, que não era servidor público, ali ingressasse e subtraísse diversos computadores do local. Os bens subtraídos ficaram, em sua integralidade, para André.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/92, João e André praticaram ato de improbidade que consubstancia

- a) violação aos princípios regentes da atividade estatal.
- b) dano ao patrimônio público.
- c) crime de responsabilidade.
- d) enriquecimento ilícito.
- e) excesso de exação.

**61.** A sociedade empresária XK pretendia participar de licitação destinada ao fornecimento de serviços à Administração Pública. Ao analisar a minuta de contrato anexada ao ato convocatório, constatou a possibilidade de rescisão do contrato, ressalvadas certas exceções, caso haja atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública.

Segundo a sistemática da Lei nº 8.666/93, assinale a opção que indica o motivo que permite a rescisão do contrato administrativo.

- a) Fato da Administração.
- b) Alteração unilateral.
- c) Fato do príncipe.
- d) Álea econômica.
- e) Álea ordinária.

**62.** Poder de polícia pode ser conceituado como uma atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade individual, mediante ações fiscalizadoras preventivas e repressivas.

De acordo com ensinamentos da doutrina de Direito Administrativo, são características ou atributos do poder de polícia:

- a) a hierarquia, a disciplina e a legalidade;
- b) a imperatividade, a delegabilidade e a imprescritibilidade;
- c) a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade;
- d) a indelegabilidade, a hierarquia e o respeito às forças de segurança pública;
- e) a imposição da força policial, a voluntariedade e a disciplina.

**63.** Antônio, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Alagoas, adquiriu, para si, durante o exercício do cargo público, bem imóvel cujo valor é desproporcional à sua evolução patrimonial e à sua renda.

De acordo com o ordenamento jurídico, Antônio, em tese:

- a) não praticou qualquer ato ilícito, seja na esfera disciplinar, seja em matéria de improbidade administrativa;
- b) não praticou ato de improbidade administrativa, mas cometeu falta disciplinar, punível com pena de demissão;
- c) não praticou ato de improbidade administrativa, mas cometeu falta disciplinar, punível com pena de suspensão por noventa dias;
- d) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em ressarcimento integral do dano, perda da função pública, multa civil e cassação dos direitos políticos;

e) praticou ato de improbidade administrativa, cujas sanções, dentre outras, consistem em perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e ressarcimento integral do dano, quando houver.

**64.** De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o ajuste firmado entre a Administração Pública e entidades que possuam vontades convergentes, mediante a celebração de acordo para melhor execução das atividades de interesse comum dos signatários, é chamado de:

- a) convênio, que exige prévia aprovação do plano de trabalho proposto pela organização interessada e, após a assinatura do ajuste, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo ao Poder Legislativo;
- b) parceria público-privada, cujo valor global do contrato pode ser alterado por iniciativa de quaisquer das partes, visando à manutenção de seu equilíbrio econômico e financeiro;
- c) consórcio público, por meio do qual se transfere ao particular a prestação de serviços públicos, mediante remuneração de tarifas pelos usuários;
- d) contrato de gestão, cuja economicidade será aferida pelo Tribunal de Contas competente para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente federativo envolvido;
- e) concessão, por meio da qual o poder público transfere a prestação de determinado serviço público a particular, a título precário, por sua conta e risco, mediante prévia licitação na modalidade concorrência.

**65.** De acordo com a moderna doutrina e jurisprudência de Direito Administrativo, o instituto que visa à garantia dos princípios da proteção à boa-fé, da segurança jurídica e da confiança, necessários à formação e ao desenvolvimento da noção de Estado de Direito, relativizando as consequências de vícios de legalidade de atos administrativos, é conhecido como:

- a) teoria dos motivos determinantes;
- b) supremacia do interesse administrativo;
- c) estabilização dos efeitos dos atos administrativos;
- d) dever de prestar contas do Estado;
- e) teoria da caducidade dos atos administrativos.

**66.** A Lei nº 8.666/93 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. De acordo com o mencionado diploma legal, é inexigível a licitação na seguinte hipótese:

- a) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- b) para a contratação de serviços técnicos de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização;
- c) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

- d) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor;
- e) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

**67.** De acordo com a Lei nº 8.429/92, o ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário público, ensejando perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens públicos, pode ser praticado por conduta:

- a) comissiva ou omissiva, somente dolosa, perpetrada por agente público e por particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- b) comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, perpetrada por agente público e por particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- c) comissiva e dolosa, necessariamente, e que seja perpetrada por agente público e por particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- d) comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, perpetrada apenas por agente público, em sentido amplo;
- e) comissiva e dolosa, necessariamente, e que seja perpetrada apenas por agente público, em sentido amplo.

**68.** Em matéria de elementos do ato administrativo, a doutrina de Direito Administrativo destaca o elemento:

- a) da competência, que é a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo;
- b) da finalidade, em que se aplica o princípio da supremacia do interesse privado sobre o público;
- c) da forma, segundo o qual todo ato administrativo deve ser publicado no prazo de quinze dias no diário oficial;
- d) do motivo, que está inserido no âmbito da íntima convicção do administrador com finalidade privada;
- e) da capacidade, que, em regra, é discricionária, não havendo margem de liberdade para o administrador.

**69.** A Lei nº 8.666/93 dispõe que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com alguns princípios específicos.

Dentre esses princípios norteadores da licitação, destaca-se o:

- a) do julgamento subjetivo, pois o administrador não deve se valer de critérios que não estejam previamente definidos no edital para a escolha do contratado;
- b) da vinculação ao instrumento convocatório, que, em regra, é o edital, exceto no convite, em que a lei prevê a convocação mediante carta-convite;

- c) da publicidade das propostas, que devem estar à disposição de qualquer cidadão, mediante publicação de cada proposta no átrio da repartição pública onde funciona a comissão de licitação;
- d) do procedimento informal, segundo o qual a licitação não é um fim em si mesma, e sim um instrumento para se alcançar um objetivo definido na lei, qual seja, a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- e) da pessoalidade, segundo o qual as condições pessoais do interessado em contratar com a Administração devem ser levadas em consideração, como o local onde se situa a sede social da pessoa jurídica.

**70.** É cláusula necessária ao contrato administrativo a regulamentação acerca do preço e das formas de pagamento.

Além do pagamento da fatura propriamente dita, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, alguns pagamentos são feitos ao particular contratado, como:

- a) a correção monetária, para a atualização da margem de lucro inicialmente acordada, vedado em qualquer hipótese o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
- b) a correção monetária, necessária para manter a atualização do valor global do contrato, sendo proibida a promoção nos contratos administrativos de compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
- c) a recomposição de preços, que deverá ter por base o índice de inflação oficial, medido mês a mês, e será utilizada em todos os contratos com prazo de execução igual ou superior a vinte e quatro meses, com o escopo de manter atualizado o valor global do contrato;
- d) o reajustamento de preço, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- e) a revisão de preços, que contemplará toda a correção monetária com base no índice oficial de inflação, além do aumento no preço dos insumos necessários à execução do contrato, em toda contratação com valor global igual ou superior a seiscentos mil reais.

**71.** As atividades que envolvem a consecução do poder de polícia são sumariamente divididas em quatro grupos, a saber:

- (i) legislação;
- (ii) consentimento;
- (iii) fiscalização; e
- (iv) sanção.

Sobre a delegação do poder de polícia a uma sociedade de economia mista, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de sua:

- a) possibilidade em relação aos atos de fiscalização e sanção, porque decorrem do poder discricionário da Administração Pública, mas não pode ocorrer delegação dos atos de legislação e consentimento, pois derivam do poder vinculado;



- b) possibilidade em relação aos atos de legislação, consentimento, fiscalização e sanção, diante da autonomia dos entes federativos, que ostentam o poder discricionário para decidir a forma como prestam os serviços públicos;
- c) possibilidade em relação aos atos de consentimento e fiscalização, pois estão ligados ao poder de gestão do Estado, mas não pode ocorrer delegação dos atos de legislação e sanção, pois derivam do poder de coerção;
- d) impossibilidade, em qualquer das fases de legislação, consentimento, fiscalização e sanção, pois apenas os órgãos da administração direta e os que ostentem personalidade jurídica de direito público da administração indireta exercem legitimamente a autoexecutoriedade de seus atos;
- e) impossibilidade, em qualquer das fases de legislação, consentimento, fiscalização e sanção, pois qualquer forma de exercício de poder de polícia traz implícito o atributo da imperatividade do ato administrativo, que só pode ser legitimamente exercido pela administração direta.

**72.** Pelo princípio da motivação, o Administrador Público deve motivar as suas decisões, expondo os fundamentos de fato e de direito que embasaram a prática daquele ato administrativo.

Quando o agente público motiva seu ato mediante declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, como parte integrante do ato, de acordo com a jurisprudência e com a Lei Federal nº 9.784/99, sua conduta é:

- a) ilícita, devendo o ato ser invalidado porque o ordenamento jurídico exige motivação expressa e idônea específica para cada ato administrativo;
- b) ilícita, devendo o ato ser revogado porque o ordenamento jurídico exige motivação legítima, expressa e idônea para cada ato administrativo;
- c) ilícita, devendo o ato ser invalidado por ofensa aos princípios da administração pública da legalidade, da transparência e da finalidade;
- d) lícita, pois é possível a utilização da motivação aliunde dos atos administrativos, quando a motivação do ato remete a de ato anterior que embasa sua edição;
- e) lícita, pois a exigência de fundamentação não recai no campo da validade do ato administrativo, e sim no de sua eficácia, cabendo sua convalidação, com posterior complementação da motivação.

**73.** Em matéria de responsabilidade administrativa por falta funcional de servidor público, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

- a) o termo inicial do prazo prescricional em processo administrativo disciplinar começa a correr necessariamente da data do fato;
- b) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição da República de 1988;
- c) a utilização de prova emprestada produzida no processo criminal para o processo administrativo disciplinar é vedada, em qualquer hipótese;
- d) as instâncias administrativa e penal são independentes entre si, inclusive quando reconhecida a inexistência do fato ou a negativa de autoria na esfera criminal;
- e) o excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar gera sua nulidade automática, independentemente da demonstração do prejuízo para a defesa.

**74.** João, Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas, lotado em determinada Vara Criminal, revelou fato de que tinha ciência em razão das suas atribuições, consistente no teor do depoimento de determinada testemunha em ação penal de grande repercussão social que tramita em segredo de justiça, ainda em fase de instrução.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, João:

- a) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo prejuízo ao erário, mas deve responder em âmbito disciplinar;
- b) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque está ausente o especial fim de agir do agente, consistente em seu enriquecimento ilícito;
- c) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque não faz parte do Poder Executivo ou Legislativo, mas deve responder em âmbito disciplinar;
- d) cometeu ato de improbidade administrativa, sem prejuízo dos demais reflexos nas esferas criminal e administrativo-disciplinar;
- e) cometeu ato de improbidade administrativa, desde que se comprove nexo causal entre a conduta do servidor e efetivo dano ao erário.

**75.** Os atos administrativos devem ser precedidos de um processo formal que justifica sua prática e serve de base para sua legitimidade, documentando todas as etapas até a formação válida da atuação da Administração Pública.

Nesse contexto, a Lei nº 9.784/99 estabelece que, nos processos administrativos, será observado, entre outros, o critério de:

- a) obrigatoriedade de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade absoluta por violação à Constituição da República de 1988;
- b) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida aplicação retroativa de nova interpretação;
- c) impulso procedimental pelos interessados, vedada a atuação de ofício pela própria Administração Pública;
- d) divulgação oficial dos atos administrativos, vedada qualquer hipótese de sigilo;
- e) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

**76.** Autoridade municipal competente praticou ato administrativo de autorização para que certo particular exercesse comércio ambulante em local predeterminado. Inconformada, a associação de lojistas locais ingressou com medida judicial, pleiteando a revogação do ato administrativo de autorização.

O pleito do empresariado local:

- a) merece prosperar, pois ao Poder Judiciário cabe o exame de mérito e legalidade dos atos administrativos discricionários, pelo princípio do amplo acesso à justiça;
- b) merece prosperar, pois o Poder Judiciário deve revogar os atos administrativos vinculados que se revelem inoportunos ou inconvenientes, pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- c) merece prosperar, pois o Poder Judiciário deve revogar os atos administrativos vinculados que se revelem inoportunos ou inconvenientes, no regular exercício do controle externo da atividade administrativa;
- d) não merece prosperar, pois ao Poder Judiciário não cabe juízo de valor sobre a legalidade e o mérito dos atos administrativos discricionários, em razão do princípio da separação dos poderes;

e) não merece prosperar, pois ao Poder Judiciário, em regra, não cabe juízo de valor sobre o mérito dos atos administrativos discricionários, podendo apenas invalidá-los por vício de legalidade.

**77.** De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, uma das características dos contratos administrativos é o seu formalismo.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93 dispõe que, em matéria de licitação, o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de:

- a) concorrência, de tomada de preços, convite, pregão, concurso e leilão, mas não é necessário nas hipóteses excepcionais previstas em lei em que a licitação é dispensável ou inexigível;
- b) concorrência e de tomada de preços, pelo alto valor desses contratos, mas não é necessário nas demais modalidades de licitação, desde que o seu valor esteja compatível com o preço de mercado, conforme avaliação prévia;
- c) concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação;
- d) contratação de obras e serviços de engenharia, cujo valor global do contrato seja superior a um milhão de reais, mas não é necessário nos demais casos, qualquer que seja a modalidade de licitação;
- e) contratação de obras e serviços de engenharia, por meio de licitação nas modalidades concorrência e de tomada de preços, mas não é necessário nas hipóteses excepcionais em que a licitação é dispensável ou inexigível.

**78.** Em tema de poderes administrativos, a doutrina de Direito Administrativo ensina que os atos administrativos da delegação e da avocação são fundamentados na prerrogativa do agente público decorrente do poder:

- a) disciplinar, segundo o qual o agente público com competência pode expedir normas gerais e abstratas para viabilizar a aplicabilidade de lei preexistente;
- b) hierárquico, segundo o qual o agente público de hierarquia superior pode, na forma da lei, estender ou chamar para si, de forma temporária, competência para determinado ato;
- c) normativo, segundo o qual o agente público pode restringir liberdades individuais e propriedade privada em prol do interesse público coletivo;
- d) regulamentar, segundo o qual a autoridade pública competente deve expedir decretos autônomos para disciplinar o funcionamento orgânico da administração;
- e) de polícia, segundo o qual a autoridade pública tem a faculdade de estabelecer a competência dos servidores que lhe são vinculados, sob pena de uso das forças de segurança.

**79.** Consoante dispõe o texto legal da Lei nº 8.666/93, suplementado pelos ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a matéria, o fracionamento de licitação:

- a) é possível, inclusive com utilização da modalidade mais simples de licitação para uma parcela, quando se tratar de parcelas de natureza específica que devem ser executadas por pessoas diversas daquela que está executando a obra ou prestando o serviço principal;
- b) é possível, mediante a utilização da modalidade convite, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo

local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços;

c) é possível, mediante a utilização da modalidade tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de concorrência;

d) é necessariamente ilegal, pois a lei veda que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração sejam divididas em parcelas, ainda que se comprove que a fragmentação é técnica e economicamente viável, procedendo-se à licitação fracionada;

e) é necessariamente ilegal, pois a lei proíbe que haja divisão do objeto da licitação para a execução de obras e serviços e para as compras de bens, ainda que a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, corresponda uma licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

**80.** O Município de Salvador deseja contratar prestigiado cantor consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, através de seu empresário exclusivo, para participar de show de réveillon.

No caso em tela, observadas as cautelas legais, a licitação é:

- a) dispensável, pois há inviabilidade de competição;
- b) dispensada, pois há discricionariedade na contratação;
- c) inexigível, pois há inviabilidade de competição;
- d) exigida, na modalidade concorrência;
- e) exigida, na modalidade concurso.



[Clique Aqui e Conheça o Memorex TJ CE](#)

Gabarito – Direito Administrativo									
01. E	02. A	03. E	04. A	05. D	06. B	07. E	08. C	09. B	10. C
11. B	12. D	13. E	14. C	15. D	16. D	17. D	18. E	19. A	20. C
21. D	22. D	23. C	24. E	25. A	26. D	27. E	28. C	29. A	30. A
31. C	32. E	33. B	34. A	35. E	36. E	37. C	38. C	39. A	40. C
41. D	42. D	43. D	44. D	45. C	46. E	47. A	48. B	49. E	50. E
51. A	52. E	53. C	54. A	55. A	56. C	57. D	58. E	59. A	60. B
61. A	62. C	63. E	64. A	65. C	66. B	67. B	68. A	69. B	70. D
71. C	72. D	73. B	74. D	75. E	76. E	77. C	78. B	79. A	80. C